

ipea

Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPLAN

Instituto de Planejamento

Acompanhamento de Políticas
Públicas

nº 19

As Políticas Federais de De
senvolvimento Urbano em
1988

Coordenadoria de Desenvolvi
mento Urbano

Agosto de 1989

Instituto de Planejamento - IPLAN

Acompanhamento de Políticas
Públicas

nº 19

As Políticas Federais de De
senvolvimento Urbano em
1988

Coordenadoria de Desenvolvi
mento Urbano

Agosto de 1989

O Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) é uma fundação vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN/PR), composta pelo Instituto de Planejamento (IPLAN), Instituto de Pesquisa (INPES) e Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC).

Ministro do Planejamento:	João Batista de Abreu
Presidente do IPEA:	Ricardo Luís Santiago
Diretor do IPLAN:	Flávio Rabelo Versiani
Diretores-Adjuntos:	Francisco Almeida Biato e Solon Magalhães Vianna

Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento:	José Garcia Gasques
Coordenadoria de Educação e Cultura:	Divonzir Artur Gusso
Coordenadoria de Emprego e Salários:	Ana Amélia Camarano
Coordenadoria de Desenvolvimento Regional:	Cláudio Yokomizo
Coordenadoria de Desenv. Urbano e Meio Ambiente:	Edgar Bastos de Souza
Coordenadoria de Indústria e Tecnologia:	Michael Wilberg
Coordenadoria de Minas e Energia:	Michael Wilberg (respondendo)
Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico:	Eduardo Felipe Ohana
Coordenadoria de Saúde e Previdência Social:	Maria Emília R. M. de Azevedo
Coordenadoria do Setor Externo:	Renato Coelho Baumann das Neves
Coordenadoria de Transportes e Comunicações:	

Setor de Documentação:	Norma Stenzel
Setor de Processamento de Dados:	José Adalberto de Paula Ferreira
Assessoria Editorial:	Maria Lúcia Casasanta Brüzzi

Comitê Editorial do IPLAN:

Flávio Rabelo Versiani - Presidente
Carlos Monteiro Villa Verde
Divonzir Artur Gusso
Edgar Bastos de Souza
Eduardo Felipe Ohana
Maria Lúcia Casasanta Brüzzi
Solon M. Vianna

Este trabalho é de responsabilidade do(s) autor(es). As opiniões nele contidas não representam necessariamente o ponto de vista do IPLAN, ou da SEPLAN.

Instituto de Planejamento - IPLAN/IPEA
Ed. BNDES, 11º andar, Setor Bancário Sul
70076 - Brasília - DF

SUMÁRIO

	Pág
Apresentação	
1. Introdução e Síntese	3
2. A Política Urbana Federal em 1988	7
2.1 A Crise Institucional do Setor	8
2.2 A Desarticulação Decorrente da Crise Institucional	11
3. As Questões Urbanas na Constituição de 1988	13
3.1 Diretrizes Gerais para o Desenvolvimento Urbano	14
3.2 Promoção de Programas de Construção de Moradias, Melhoria das Condições Habitacionais e de Saneamento Básico	16
3.3 Direito Urbanístico	17
3.4 Ordenação do Território	18
4. As Políticas e os Programas Setoriais	20
4.1 Infra-Estrutura, Serviços Públicos e Gestão Urbana	22
4.2 Saneamento Básico	26
4.3 Habitação	34
5. Conclusão e Perspectivas	42
6. Anexo Estatístico	47
6.1 População	49
6.2 Emprego e Renda	69
6.3 Indicadores da Situação Urbana	79
6.4 Infra-Estrutura, Serviços Públicos e Gestão Urbana	87
6.5 Saneamento Básico	99
6.6 Habitação	125

RELACÃO DE TABELAS DO CAPÍTULO 6
ANEXO ESTADÍSTICO

	Pág
6.1 População	49
1 BRASIL População Total, Urbana e Rural - 1940/1980	51
2 BRASIL - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Total e Urbana (1940/1980)	52
3 BRASIL - Distribuição dos Domicílios por Classes de Tamanho - 1960, 1970, 1980	53
4 BRASIL - População Residente Total, Urbana e Rural - 1985/87	54
5 BRASIL - População Total, Urbana e Rural por Macrorregião (1940/1980)	55
6 BRASIL - Distribuição da População Urbana por Macrorregião (1940/1980)	56
7 BRASIL - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Total e Urbana segundo as Macrorregiões (1940/1980)	57
8 BRASIL - População Urbana Vivendo em Cidades com mais de 20.000 Habitantes em 1950 e 1980	58
9 BRASIL - Número de Cidades (Sedes Municipais) com 20.000 Habitantes ou mais por Região e Classes de Tamanho	59
10 BRASIL - Estimativa da População Total realizada pela Fundação IBGE - 1985/2025	60

11	BRASIL - Estimativa da População Residente por Grupo de Idade realizada pela Fundação IBGE (1985/2000)	61
12	BRASIL - Estimativa da População Residente Total segundo as Grandes Regiões realizada pela Fundação IBGE (1980/2000)	62
13	BRASIL - Projeção da População por Faixa de Idade, segundo os Quadros Urbano e Rural (realizada por Camarano et alii) - 1980/2010	63
14	BRASIL - Estimativa da População e Grau de Urbanização das Macrorregiões de acordo com MARTINE et alii - Ano 2000	65
15	BRASIL - Estimativa da Distribuição do Número de Cidades Acima de 20.000 Habitantes por Classe de Tamanho no Ano 2000, segundo Martine et alii	66
16	Regiões Metropolitanas - Estrutura da População Total, de acordo com MARTINE et alii - Ano 2000	67
17	BRASIL - Projeção de Número Absoluto de Domicílios por Classes de Tamanho - 1985/2025	68
6.2	<u>Emprego e Renda</u>	69
18	BRASIL - População Urbana de 10 Anos e Mais, por Condição de Atividade - 1985/1987	71
19	BRASIL - População Urbana de 10 Anos ou Mais, Economicamente Ativa, por Grupo de Idade - 1985/1987	72
20	BRASIL - Evolução da População Economicamente Ativa em Seis Regiões Metropolitanas - 1985/1988	73

21	BRASIL	Número de Pessoas Ocupadas (Quadro Urbano), segundo os Grupos de Idade - 1985/1987	74
22	BRASIL	- Número de Pessoas Economicamente Ativas (Urbanas), segundo as Classes de Rendimento Mensal - 1985/1987	75
23	BRASIL	Índice do Rendimento Médio Real das Pessoas Ocupadas em 4 Regiões Metropolitanas - 1986/1988	76
24	BRASIL	- Taxa Média de Desemprego Aberto em Seis Regiões Metropolitanas - 1985/1988	77
6.3		Indicadores_da_Situação_Urbana	79
25	BRASIL	- Número de Municípios Instalados por Região e Unidade da Federação (Janeiro de 1989)	81
26	BRASIL	Tipo, Condição de Ocupação, Abastecimento de Água, Destino do Lixo e Iluminação Elétrica (Domicílios Particulares Permanentes Urbanos) 1981, 1985, 1986, 1987	82
27	BRASIL	Número de Domicílios Particulares (Urbanos), por Classe de Rendimento Mensal Domiciliar - 1985/1987	83
28	BRASIL	- Custos Médios do m ² de Construção Civil em Dezembro de 1987 e 1988 e Variação % dos Custos	84
29	BRASIL	- Índice de Evolução da Área Residencial Licenciada em Dez Cidades - 1980/1987	85

6.4	Infra-Estrutura, Serviços Públicos e Gestão Urbana	87
30	Valor e número dos Convênios firmados pelo MBES com Governos Estaduais e Prefeituras Municipais segundo Setores - 1988	89
31	Projeto Metropolitano do Recife: Valores Transferidos pela União ao Projeto, por Componente, em 1988	90
32	Projeto Grande Recife - Aplicações Totais de Recursos por Componentes e Fontes (Até 31.12.88)	91
33	Projeto Metropolitano de Salvador Valores Transferidos ao Projeto - 1987/1988	92
34	Projeto Metropolitano de Salvador - Valores Aplicados pelo Projeto por Componente em 1988	93
35	Projeto Metropolitano de Salvador - Valores efetivamente Aplicados pelo Projeto, por fonte de financiamento - 1987/1988	94
36	PRODURB Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano/Caixa Econômica Federal - Aplicações segundo as Unidades da Federação em 1987 e 1988	95
37	BRASIL - Situação dos Projetos Urbanos Financiados com Recursos Externos - Dezembro/1988	96
38	BRASIL - Consolidação dos Gastos Federais (Recursos do Tesouro) segundo as Áreas Sociais - 1980/1987	97
39	BRASIL - Gasto Federal Consolidado (Recursos do Tesouro e Outras Fontes) nas Diferentes Áreas Sociais - 1980-1987	98

6.5	Saneamento_Básico	99
40	BRASIL - Abastecimento de Água - Número de Localidades Integradas ao PLANASA, segundo as Regiões e as Unidades da Federação - Posição em dezembro de 1988	101
41	BRASIL - Abastecimento de Água - Evolução de Número de Economias Residenciais das Companhias Estaduais de Saneamento, por Regiões - 1970/1988	102
42	BRASIL - Abastecimento de Água - Evolução da População Beneficiada pelo PLANASA, por Regiões - 1970/1988	103
43	BRASIL - Número de Domicílios Urbanos e Nível de Atendimento com Esgotamento Sanitário, segundo os Censos de 1960, 1970 e 1980	104
44	BRASIL Domicílios Particulares Permanentes Urbanos por Tipo de Escoadouro - 1984	105
45	BRASIL - Esgotamento Sanitário - Número de Localidades Integradas ao PLANASA, segundo as Regiões e as Unidades da Federação - Posição em dezembro de 1988	106
46	BRASIL - Esgotamento Sanitário - Evolução do Número de Economias Residenciais das Companhias Estaduais de Saneamento, por Regiões - 1970/1988	107
47	BRASIL - Esgotamento Sanitário - Evolução da População Servida pelo PLANASA, segundo as Regiões 1970/1988	108
48	PLANASA Aplicações Realizadas por Programas (Recursos da CEF) - 1987/1988	109

49	PLANASA	Aplicações Realizadas por Programas, segundo as Fontes - 1987/1988	110
50		Recursos Aplicados pelo PLANASA, por Subprograma, 1968/1988	111
51		Participação das Principais Fontes de Financiamento dos Investimentos Realizados através do PLANASA - 1968/1988	112
52		Recursos Aplicados em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário pelo PLANASA - 1968/1988	113
53	PLANASA	Distribuição das Aplicações (Água e Esgoto) por Unidades da Federação - 1968/1988	114
54		Recursos Aplicados pelo PLANASA em Drenagem Urbana - 1973/1988	115
55	FSESP	Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotos Administrados pela Fundação (posição em 1988)	116
56	FSESP	- Investimentos em Saneamento - 1981/1988	117
57	FSESP	- Programas de Saneamento Básico - 1988	118
58	FSESP	Demonstrativo da Execução Orçamentária (Saneamento Básico) em 1988	119
59	FSESP	Construção e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água (Programação Executada em 1988)	120
60	FSESP	- Melhorias Sanitárias Domiciliares (Programação Executada em 1988)	121

61	FSESP - Saneamento Básico em Pequenas Localidades (Programação Executada em 1988)	122
62	BRASIL - Vinculação Administrativa dos Serviços de Limpeza Urbana - 1983	123
6.6	Habitacão	125
63	Número de Financiamentos Habitacionais Concedidos pelo SFH - 1980/1988	127
64	Número de Habitacões Financiadas, por Programas Habitacionais Mediante Compromissos Firmados por Faixa de Renda Familiar - 1988	128
65	Número de Financiamentos Habitacionais Concedidos pelo BNH/CEF, segundo Programas e Faixa de Renda - 1980/1988	129
66	Relacão entre o Número de Habitacões Financiadas por Programas Habitacionais a partir de Compromissos Firmados e as Necessidades de Moradias para Atender ao Crescimento Demográfico em 1988, por Faixa de Renda Familiar	130
67	Valor dos Financiamentos Habitacionais Concedidos pelo BNH/CEF - 1982/1988	131
68	Valor dos Financiamentos Habitacionais Concedidos pelo SFH - 1980/1988	132
69	Relacão entre o Valor dos Financiamentos Habitacionais Concedidos Através do SFH e o PIB - 1980/1988	133
70	Aplicacões do BNH/CEF, por Setor - 1981/1988	134

71	Valor dos Compromissos Assumidos no Financiamento de Unidades Habitacionais por Faixa de Renda das Famílias - 1988	135
72	Valor Médio das Unidades Habitacionais Financiadas pelo SFH - 1965/1980	136
73	Fontes e Usos dos Recursos - BNH/CEF - 1981/1988	137
74	Evolução do FGTS - 1980/1988	138
75	Caderneta de Poupança - Evolução dos Recursos Captados 1980/1988	139
76	Relação entre os Recursos Captados por Caderneta de Poupança e o PIB - 1980/1988	140
77	Relação entre a Arrecadação Líquida do FGTS e a Receita de Financiamentos do BNH/CEF e as Aplicações em Setores Fins (Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano) - 1981/1988	141
78	Relação entre o Valor dos Financiamentos Contratados pelo SBPE e o Valor da Captação Líquida das Cadernetas de Poupança - 1980/1988	142

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- ABECIP - Associação Brasileira das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança
- ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
- ASSEMAE - Associação dos Serviços Municipais de Água e Esgotos
- BACEN - Banco Central do Brasil
- BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
- BNH - Banco Nacional da Habitação
- CEF - Caixa Econômica Federal
- CNDU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
- CNPU - Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas
- COHAB - Companhia de Habitação Popular
- CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
- CORDE - Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
- FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
- FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIDREN - Programa de Financiamento e/ou Refinanciamento para Implantação ou Melhoria de Sistemas de Drenagem que visem ao Controle de Inundações em Núcleos Urbanos (PLANASA)

FINEST - Programa de Empréstimo Suplementar para Composição da Participação Financeira dos Estados na Execução do PLANASA

FSESP - Fundação Serviços de Saúde Pública

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE - (Fundação) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MBES - Ministério da Habitação e Bem-Estar Social

MDU - Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

MHU - Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente

MINTER - Ministério do Interior

MS - Ministério da Saúde

OGU - Orçamento Geral da União

OTN - Obrigação do Tesouro Nacional

PAG - Programa de Ação Governamental 1987/1991

PIN - Programa de Integração Nacional

APRESENTAÇÃO

Este trabalho analisa os resultados da ação federal no campo do desenvolvimento urbano, enfatizando os aspectos políticos, institucionais e financeiros da política governamental em 1988.

Assim, são considerados a situação institucional do setor, as questões urbanas na Constituição de 1988 e o desempenho dos programas setoriais de infra-estrutura, saneamento básico e habitação.

Compõe este volume um anexo estatístico, contendo um conjunto de séries históricas com informações sobre população, emprego e renda, infra-estrutura e serviços públicos, saneamento básico e habitação. Ao reunir pela primeira vez tais dados em uma única publicação, pretende-se fornecer aos interessados, pelo menos parcialmente, o material estatístico indispensável à análise da evolução das questões urbanas nacionais.

1. INTRODUÇÃO E SÍNTESE

Dois fatos marcaram fortemente o ano de 1988: a crise econômica e a aprovação da nova Constituição.

O País conheceu, pela primeira vez, um crescimento de cerca de 1.000% no índice geral de preços num só exercício. No último trimestre de 1988, anteendo a possibilidade do País mergulhar num processo de hiperinflação, Governo Federal, empresários e trabalhadores tentaram, por meio de um pacto social, manter a inflação sob controle, ainda que em níveis elevados. Em janeiro de 1989, o terceiro congelamento geral de preços desde 1985 substituiu o acordo informal dos diversos agentes econômicos.

Como forma de auxiliar o combate à inflação, o Poder Executivo baixou diversas medidas destinadas a reduzir o déficit público. Uma delas afetava diretamente o Sistema Financeiro da Habitação: a Resolução nº 1469 do Banco Central, que limitava aos saldos existentes em 31.12.87 (corrigidos mensalmente pela OTN) os empréstimos aos Territórios Federais, governos estaduais e municipais, Distrito Federal e entidades da administração indireta do próprio Governo.

Essas limitações ocorreram num momento político pouco propício à fiel adoção das medidas. Temas importantes, como a duração do mandato presidencial e o sistema de Governo, estavam sendo discutidos na Assembléia Nacional Constituinte.

Assim, as dificuldades econômicas de 1988 deram-se em paralelo ao intenso debate político decorrente da elaboração, iniciada em 1987, da nova Constituição da República, finalmente promulgada no dia 5 de Outubro de 1988.

O produto interno bruto caiu 0,27% em relação a 1987, caracterizando uma situação de estagnação da economia. Isto significa dizer que, em 1988, houve queda na renda per capita, já que o crescimento da população total do País deve-se situar em

torno de 1,8% ao ano, conforme projeções efetuadas pela Coordenadoria de Emprego e Salários do IPLAN.

Quanto aos salários, de acordo com estudos da Fundação IBGE realizados nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, houve queda, em 1988, no rendimento médio real das pessoas ocupadas, quando comparados com os níveis de 1986, e pequeno aumento em relação a 1987.

A taxa média de desemprego aberto, entretanto, aumentou apenas marginalmente nas seis regiões metropolitanas também pesquisadas pelo IBGE (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador). O nível médio de desemprego nas seis regiões atingiu 3,85% em 1988, contra 3,73% em 1987 e 3,59% em 1986.

Com relação ao desenvolvimento urbano, há que salientar as dificuldades institucionais do setor, a ampliação da crise habitacional, o significativo crescimento dos investimentos promovidos pelo Governo Federal (administração direta e indireta) e os dispositivos relativos ao urbano inseridos na nova Constituição¹.

Proseguiu-se, em 1988, com a ausência de uma política federal que ordenasse as ações destinadas à melhoria das áreas urbanas. Permeando-lhe, prosseguia também a crise institucional do setor, que culminou em janeiro de 1989 com a extinção do Ministério da Habitação e Bem-Estar Social. Esse Ministério, assim como seus antecessores, não teve condições de comandar efetivamente a formulação e a implantação de uma política setorial. Na verdade, a ausência de uma política formal não é exclusividade do setor urbano, ocorrendo virtualmente em todas as áreas de atuação do Governo, absorvido no manejo da crise econômica e de questões de natureza política.

As sucessivas modificações institucionais do ministério encarregado da política urbana (originalmente MDU, depois MHU, e finalmente MBES), e a entrada e saída de órgãos ligados ao

setor, não permitiram a continuidade das ações, a formação de equipes técnicas e o entrosamento com outras áreas do Governo.

No momento, a promoção do desenvolvimento urbano encontra-se a cargo do Ministério do Interior, que não possui estrutura administrativa adequada para desempenhar essas funções. A reestruturação do MINTER depende, inclusive, de aprovação pelo Congresso Nacional, um elemento que poderá dificultar as ações daquele Ministério.

A reorganização institucional do setor e a promoção do desenvolvimento urbano no futuro, pelo Governo Federal, deverão considerar os novos princípios constitucionais. A nova Constituição transferiu, para os governos locais, principalmente para os Municípios, a iniciativa de promover e financiar o desenvolvimento urbano, sem, entretanto, excluir a União.

Para isso, a Constituição de 1988 realizou ampla reforma tributária, aumentando as receitas dos Estados e dos Municípios e reduzindo, conseqüentemente, as disponibilidades orçamentárias federais. A União não terá, pelo menos enquanto perdurar a crise econômica, como realizar transferências para custear investimentos locais, que dependerão de recursos próprios ou de empréstimos tomados junto ao sistema financeiro.

As responsabilidades da União na promoção do desenvolvimento urbano incluem: (i) instituir diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes; (ii) legislar, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre direito urbanístico; (iii) promover programas de construção de moradias, melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; (iv) promover a ordenação do território. Todos estes temas deverão ser objeto de regulamentação pela legislação ordinária.

Aos Estados a Constituição reservou a incumbência de legislar concorrentemente com a União sobre direito urbanístico e

de instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

Cabe aos Municípios implantar a política urbana, a partir de planos diretores aprovados pela Câmara Municipal, e prover serviços públicos de interesse local e infra-estrutura.

Outro fato a ser considerado refere-se à elevação, sem precedentes, dos níveis dos aluguéis em 1988, muito acima das taxas da inflação, refletindo a escassez de imóveis novos ofertados no mercado, consequência direta da redução da construção de casas na década de 80, principalmente em 1986 e 1987. A interrupção no levantamento efetuado pela FIBGE em dezembro de 1987, a respeito da evolução da área residencial licenciada nas 10 maiores cidades brasileiras, não permitiu aquilatar o ritmo da construção de residências em 1988².

Os investimentos promovidos pelo Governo Federal em habitação, saneamento, infra-estrutura e serviços urbanos cresceram significativamente em 1988, apesar das limitações da Resolução nº 1469 do Banco Central e do combate ao déficit público.

No setor habitacional foram investidos (liberados) mais de 128 milhões de OTNs, sendo 112 milhões pela CEF (recursos do FGTS) 13 milhões de OTNs pela SEAC e 3 milhões de OTNs pelo MBES.

As contratações efetuadas pela CEF em 1988 (122 milhões em OTNs) somadas aos recursos liberados pela SEAC e MBES, também em 1988, permitirão a construção de cerca de 493 mil moradias³.

As aplicações realizadas pelo PLANASA em saneamento foram de 143 milhões de OTNs contra 76 milhões de OTNs em 1987. Os investimentos realizados em 1988 ocasionarão o aumento de 968 mil ligações de água e 441 mil ligações de esgotos, contra uma demanda anual da ordem de 650 mil novas ligações para cada serviço.

O MBES realizou 330 convênios na área de saneamento, envolvendo Cz\$ 12,4 bilhões. A Fundação SESP, por sua vez, aplicou efetivamente, Cz\$ 4,5 bilhões. As metas resultantes dessas aplicações não foram estabelecidas.

Os investimentos em infra-estrutura e serviços urbanos financiados da CEF, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, atingiram 75 milhões de OTNs contra 22 milhões de OTNs em 1987. O PRODURB beneficiou 244 Municípios de quase todas as Unidades da Federação.

O MBES também investiu em infra-estrutura urbana, mediante a realização de 455 convênios, envolvendo Cz\$ 38,5 bilhões.

Finalmente, cabe registrar que as perspectivas para 1989 não são animadoras. A situação já bastante difícil das cidades brasileiras deverá agravar-se, com o aumento dos déficits em infra-estrutura e habitação, por exemplo.

Além das cidades não estarem gerando os recursos necessários a novos investimentos, dificilmente o Governo Federal poderá manter o volume de aplicações ocorrido em 1988. Conforme se verá a seguir, os recursos destinados ao desenvolvimento urbano no ano passado, sobretudo os oriundos dos programas geridos pela CEF, foram extremamente elevados quando comparados com os anos anteriores.

2. A POLITICA URBANA FEDERAL EM 1988

O relatório de acompanhamento da política urbana do Governo Federal em 1987⁴ constatou que, apesar das diversas contribuições recebidas no final do período governamental 1979/1985, com vistas à formulação de nova política urbana a partir de março de 1985, e dos planos oficiais preparados já no Governo da Nova República (I PND-NR, PAG), o País não contava até o final de 1987 com uma política urbana oficial.

Reconheceu-se naquele documento que se passaram "praticamente três anos nos quais as ações urbanas vêm sendo desenvolvidas setorialmente, em caráter esporádico e assistencialista" e sugeriu-se "ao menos, a formulação do que se podia chamar de política emergencial, para servir como referencial básico".

As razões apresentadas para explicar a ausência de uma política de desenvolvimento urbano foram: (a) a falta de "condições políticas e determinação em organizar um pouco mais as ações urbanas"; e (b) a própria transição democrática e o processo de elaboração da nova Carta Constitucional...⁵.

No exercício de 1988, o quadro se agravou - sobretudo do ponto de vista institucional - ficando as ações urbanas sem uma orientação que adequasse os diversos programas setoriais às necessidades do País e integrasse a política urbana às políticas macroeconômicas e ao desenvolvimento regional, por exemplo.

2.1 A Crise Institucional do Setor

Até março de 1985, o comando das ações de desenvolvimento urbano estava entregue ao Ministério do Interior, mais especificamente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, fórum das discussões sobre política urbana. A Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano daquele Ministério encarregava-se de assistir técnica e administrativamente o CNDU e de implantar os diversos programas e projetos da administração direta. O Banco Nacional da Habitação (vinculado ao MINTER) e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (ligada ao Ministério dos Transportes) eram órgãos importantes da administração indireta, voltados ao financiamento do desenvolvimento urbano.

A antiga ordem institucional - sustentada basicamente pela ação da Subsecretaria de Desenvolvimento do MINTER - era demasiadamente modesta. A administração federal instalada em março

de 1985 criou, então, um ministério específico para tratar das questões urbanas.

O novo ministério foi, num período de quatro anos, reformulado várias vezes, até ser extinto em janeiro de 1989, e jamais conseguiu firmar-se como órgão condutor das questões de sua competência.

As sucessivas alterações sofridas pelo ministério encarregado da política urbana federal, descritas a seguir, auxiliam na compreensão das dificuldades da área.

● Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, criado pelo Decreto nº 91.145 de 15.03.85, tinha como competência as políticas habitacional, de saneamento básico, desenvolvimento urbano (infra-estrutura e serviços públicos) e meio ambiente.

Faziam parte de sua estrutura, o Banco Nacional da Habitação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, a Secretaria Especial do Meio Ambiente e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento. No início de 1986 (Decreto nº 92.350 de 29.01.86), a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos foi transferida para o âmbito do MDU, medida reclamada desde a criação do novo ministério.

Em fevereiro de 1986, o DNOS veio integrar-se à esfera do Programa Nacional de Irrigação, vinculado diretamente à Presidência da República. No mesmo exercício, o Decreto-Lei nº 2291 de 21.11.86 incorporou o BNH à Caixa Econômica Federal, passando o Sistema Financeiro da Habitação a ser gerido pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, em seus aspectos financeiros, e cabendo ao MDU a "definição" das políticas habitacional, de saneamento e de desenvolvimento urbano.

Em 1987 (Decreto nº 95.075 de 22.10.87), o MDU foi transformado em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e

Meio Ambiente, voltando a CEF para a sua esfera de competência, à exceção do controle bancário, exercido pelo Banco Central.

O MHU, por sua vez, foi reformulado pelo Decreto nº 96.634 de 02.09.88, passando a chamar-se Ministério da Habitação e Bem-Estar Social. O Decreto determinou o retorno da EETU ao Ministério dos Transportes e a transferência do CNDU, do CONAMA e da SEMA para o Ministério do Interior. Transferiram-se para o MBES os seguintes órgãos: Secretaria de Ação Comunitária, anteriormente ligada à Presidência da República, Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Fundação Legião Brasileira de Assistência e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

O MBES manteve as funções do MHU, com as alterações decorrentes do Decreto que o criou e recebeu a coordenação da política de assistência social.

A política nacional de saneamento básico passou a ser, então, de responsabilidade do Ministério da Saúde, de acordo com o Art. 8º do Decreto nº 96.634: "A coordenação da política de saneamento básico será exercida pelo Ministério da Saúde, sem prejuízo das atribuições dos órgãos vinculados ao Programa Nacional de Irrigação (PRONI), nos termos de Decreto nº 92.395 de 10 de fevereiro de 1986".

As secretarias do antigo MHU permaneceram no MBES com outras denominações, mantendo, entretanto, os programas, projetos e atividades de desenvolvimento urbano, enquanto que o CNDU foi transferido para o MINTER, perdendo suas funções executivas.

Poucos dias após a criação do MBES, o edifício onde funcionava incendiou-se, perdendo-se todo o acervo acumulado desde a criação da Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas, transformada em CNDU em 1979.

Finalmente, através da Medida Provisória nº 29 de 15.01.89 (não aprovada pelo Congresso Nacional) e reeditada em 15.02.89

como Medida Provisória nº 39, o MBES foi extinto pela Lei nº 7.739 de 16.03.89 promulgada pelo Presidente do Senado Federal.

Com a extinção do MBES, passaram ao Ministério da Fazenda/CEF o controle das atividades do Sistema Financeiro da Habitação e ao Ministério do Interior as demais funções e órgãos.

2.2 A Desarticulação Decorrente da Crise Institucional

A criação de um ministério específico para promover o desenvolvimento urbano foi recebida como uma manifestação clara de que o Governo daria importância crescente ao trato dos problemas setoriais urbanos a partir de março de 1985.

Em vez disso, tem-se presenciado a contínua desagregação institucional do setor, iniciada com a incorporação do Banco Nacional da Habitação à Caixa Econômica Federal. Além das dificuldades de se acoplar uma agência de fomento a uma entidade de crédito comercial, a formulação das políticas ficou dissociada dos encarregados de sua implantação, em virtude da vinculação da CEF ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central.

A criação da Secretaria Especial de Ação Comunitária, para promover programas habitacionais para a população de baixa renda fora do âmbito do MDU, prova que, efetivamente, o novo ministério não serviu aos propósitos de conduzir a política urbana.

A transformação do MDU em MHU e a incorporação da SEAC e da CEF no âmbito deste último não deram maior coerência ao setor, já que a política habitacional continuou a ser implantada segundo critérios distintos e conflitantes. De um lado, a SEAC transferindo recursos a fundo perdido aos Estados e Municípios, e de outro, a CEF, virtualmente paralisada em vista da incorporação do BNH e das incertezas geradas pelo Plano Cruzado.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, reformulado e ampliado com a inclusão de representantes de diversas entidades, virtualmente nada pôde fazer, até que foi relegado a segundo plano, completamente desprestigiado, e não se reuniu desde a criação do MHU.

Em lugar de prestigiar e reforçar o CNDU, o MHU decidiu realizar seminários regionais nos meses de janeiro e fevereiro de 1988 para discutir a forma de serem encaminhados os problemas urbanos. O produto final de tais seminários, que deveria consubstanciar-se em uma nova proposta de política urbana, jamais se concretizou, apesar de ter havido em abril de 1988 um "Encontro Nacional" em Brasília, para sintetizar as sugestões colhidas nos níveis regionais, e de ter sido criado um Grupo de Trabalho para elaborar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Portaria GM/Nº 052 de Maio/88).

Com a "Operação Desmonte" (julho-agosto/88), o Governo retirou da proposta orçamentária de 1989 os projetos do MHU (exceto os da SEAC) sustentados por transferências a fundo perdido aos governos locais. A "operação" foi realizada, tendo em vista a reforma tributária delineada nos trabalhos preliminares da Assembléia Nacional Constituinte, redistribuindo recursos tributários em favor dos Estados e Municípios. Com a reforma, a União ficou sem meios para manter a execução daqueles programas.

A movimentação de órgãos entre ministérios e a ambigüidade do decreto que criou o MBES, em setembro de 1988, serviram para desarticular ainda mais as ações de desenvolvimento urbano. O novo ministério perdeu o CNDU e a EBTU, braços importantes para a formulação e implantação da política e dos programas urbanos.

A decisão de transferir a formulação da política de saneamento para o Ministério da Saúde não foi bem recebida, por exemplo, pelo Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Desenvolvimento Urbano. O Fórum alega que esta determinação veio fragmentar o comando da política urbana que, ao contrário, deve

ser integrado. Além disso, sustentam que faltam ao Ministério da Saúde condições técnicas para conduzir o setor, considerando-se a sua função principal e as especificidades do Sistema Financeiro do Saneamento e do Plano Nacional de Saneamento.

De fato, a Constituição de 1988 não entrega a política de saneamento ao MS, mas determina, no Art. 200, inciso VI, que ao Sistema Unico de Saúde compete participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

Até à conclusão deste relatório, o Ministério do Interior, herdeiro das competências do MPES, não tinha ainda conseguido reformular sua estrutura administrativa - que agora depende da aprovação do Congresso - para acomodar os novos órgãos e desempenhar efetivamente suas novas funções.

Enquanto isso, mantém-se a mesma posição de 1987: o País continua sem política urbana e o setor sustenta-se num arranjo institucional inconsistente. Presencia-se o agravamento das questões urbanas, especialmente das condições habitacionais.

Talvez, o fato mais significativo para a política urbana em 1988 tenha sido a inclusão de diversos dispositivos sobre o desenvolvimento urbano na nova Constituição. A importância dos dispositivos e a necessidade de desdobrá-los em legislação ordinária serão objeto do capítulo a seguir.

3. AS QUESTÕES URBANAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição de 1988 estabeleceu que a promoção do desenvolvimento urbano compete ao três níveis de Governo e ao Distrito Federal, que devem atuar de forma articulada, sem prejuízo da autonomia de cada esfera governamental.

A reforma definida na nova Carta, ao aumentar a participação dos Estados e Municípios na arrecadação dos tributos, permitirá que os governos locais atuem mais livremente sobre os

problemas locais, sem a dependência política e das normas rígidas dos programas custeados a fundo perdido pela União.

As tarefas de competência privativa ou concorrente da esfera federal devem, a partir da aprovação da nova Carta, ser objeto de detalhamento, pela legislação complementar e ordinária. Além dessas tarefas, é de fundamental importância, não só para o desenvolvimento urbano, como para o funcionamento harmônico da administração pública, a regulamentação do Parágrafo Único do Artigo 23, que dispõe: "Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional".

Discutem-se, a seguir, os temas que deverão fazer parte da agenda de trabalho do poder público no futuro próximo, de modo que os princípios constitucionais possam ser aplicados.

O conteúdo da legislação complementar e ordinária deve ser objeto de amplo debate. O ponto de partida para a formulação de diversas diretrizes e normas pode ser encontrado em vários trabalhos promovidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano⁶. Este Conselho, atualmente localizado no Ministério do Interior, e desativado desde o final de 1986, deveria centralizar os debates a nível nacional e coordenar a participação dos órgãos federais envolvidos na questão.

3.1 Diretrizes Gerais para o Desenvolvimento Urbano (inclusive Habitação, Saneamento Básico e Transportes Urbanos)

A implantação da política urbana caberá aos Municípios, a partir de diretrizes gerais fixadas em lei, conforme prevê o caput do Art. 182, e compete privativamente à União a instituição de tais diretrizes (Artigo 21, XX).

Salvo melhor entendimento, as normas gerais poderão servir para orientar a ação dos Estados e Municípios; explicitar conceitos não definidos na Constituição; homogeneizar a terminologia básica sobre desenvolvimento urbano; propor critérios gerais a serem detalhados nas Constituições estaduais e leis orgânicas dos Municípios; estabelecer as ligações básicas entre as políticas macroeconômicas, os planos globais, regionais e setoriais do Governo Federal e o desenvolvimento urbano nacional.

Deste modo, devem ser discutidos, com vistas ao estabelecimento de diretrizes gerais, os seguintes temas:

Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões

Conceituação básica e diferenciação entre as três categorias, critérios gerais para o seu estabelecimento, conteúdo mínimo dos planos metropolitanos, das aglomerações urbanas e microrregiões; formas de cooperação para a prestação de serviços comuns; modos de coordenação das atividades federais e estaduais no espaço urbano.

Planos Diretores e Política Urbana

Conceituação geral de Plano Diretor, definição dos principais elementos dos planos de uso do solo (zoneamento, parcelamento e remembramento, transformação de área rural em urbana), definição de conceitos básicos, como: equipamento urbano, taxa de ocupação, índice ou coeficiente de aproveitamento, tipologia de usos, e outros.

Participação Popular

Formas de participação da população no planejamento e execução da política urbana.

Habitação, Saneamento e Transportes Urbanos

Conteúdo básico dos planos setoriais, formas de prestação dos serviços, modos de cooperação entre os três níveis de Governo.

3.2 Promoção de Programas de Construção de Moradias, Melhorias das Condições Habitacionais e de Saneamento Básico

A União promove programas habitacionais e de saneamento básico, com recursos de seu orçamento geral (geridos pela SEAC e MBES) e mediante as aplicações dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento, geridos pela Caixa Econômica Federal.

Os programas geridos pela Caixa e dirigidos ao atendimento da população de baixa renda não vêm cumprindo seus objetivos e o SFH encontra-se em difícil situação financeira face ao crescente passivo a descoberto do Sistema, ocasionado pela defasagem entre as prestações pagas pelos mutuários e a correção monetária das dívidas. ● Sistema Financeiro do Saneamento/PLANASA, baseado na mítica do autofinanciamento, não tem conseguido ampliar satisfatoriamente o atendimento à população com redes de esgotos e tratamento dos efluentes, criando problemas ao meio ambiente. A situação financeira das concessionárias estaduais de saneamento é também preocupante.

Os programas custeados pelo Orçamento Geral da União são limitados pelo volume de recursos aplicados e por sua própria tipologia. A eficiência e eficácia dos programas da SEAC e MBES são questionáveis.

No momento em que a nova Constituição determina que os programas de habitação e saneamento sejam promovidos pelas três esferas de Governo, é indispensável:

discutir novo arranjo institucional para os setores de habitação e saneamento, incluindo SFH e SFS,

criar mecanismos de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive assistência técnica,

estabelecer critérios de aplicação dos recursos do SFH, observando-se as peculiaridades do segmento operado com recursos do FGTS e do segmento constituído pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo,

criar critérios transparentes para a aplicação dos recursos do OGU, estudando-se a possibilidade de destinar parte substancial de tais recursos, sob a forma de subsídios, à população de baixa renda, através do SFH, e aos programas de esgotamento sanitário,

criar novos institutos jurídicos e financeiros, entre outros, que possam contribuir para a redução da especulação imobiliária e viabilização dos programas habitacionais.

3.3 Direito Urbanístico

A implantação da política urbana é de competência do poder municipal. Os governos locais não podem, entretanto, promulgar legislação básica sobre direito urbanístico, atribuição da União e dos Estados.

Em que pese aos instrumentos criados pela nova Carta (imposto predial e territorial urbano progressivo, edificação compulsória, desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública e usucapião urbano), é preciso: (a) regulamentá-los, e (b) criar novos institutos jurídicos. Estas providências deverão facilitar a tarefa das Prefeituras na implantação da política urbana. Além de outros temas a serem identificados, deve-se:

regulamentar os institutos criados pela nova Carta, modificando-se, onde necessário, diplomas legais como o Código Civil, etc. ;

criar novos institutos jurídicos como o direito de superfície, direito de preempção, imposto sobre o solo criado, etc. ;

definir uma política nacional de regularização fundiária dos terrenos urbanos, estudando a adoção dos seguintes instrumentos: legitimação de posse; concessão de uso, condomínio especial e adjudicação compulsória.

3.4 Ordenação do Território

É de competência da União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (Art. 21, XX).

O conceito de "ordenação do território" não é auto-explicativo. É possível relacioná-lo com a noção de "políticas interurbanas", "organização do espaço nacional", "organização do sistema nacional de cidades", e com "desenvolvimento regional", que aparecem, separadamente, em diversos documentos oficiais.

A política urbana do período 1979/1985 (Resolução nº 033/79 do CNDU), por exemplo, diz que "o desenvolvimento urbano tem uma ligação direta com a organização do território nacional, na medida em que o favorecimento de determinados pontos que disponham de vantagens locais regionais, em função de potencialidades naturais, humanas e econômicas, permite uma utilização mais racional do espaço e uma melhor divisão funcional do trabalho". Mais adiante, delineia a forma de atuação do Poder Público, enfatizando que "torna-se necessário promover a organização da rede urbana, atuando num conjunto de centros selecionados e em sua área de influência, inclusive através da orientação dos investimentos públicos e privados, em consonân-

cia com objetivos regionais do desenvolvimento". Tal política buscava, em seu discurso, "a melhoria da qualidade de vida urbana, a melhor distribuição espacial da população e das atividades produtivas e a estruturação de um sistema de cidades harmonizado com as diretrizes e prioridades setoriais e regionais de desenvolvimento, atribuindo uma especial ênfase ao Nordeste, Norte e Centro-Oeste".

A dimensão interurbana acima descrita tem elementos que a identificam, claramente, com o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, o Grupo Setorial, criado em 1986 pelo MDU, para analisar as questões de natureza institucional do desenvolvimento urbano, sugeriu a adoção de uma "abordagem espacial das ações federais de desenvolvimento - classe que abarcaria tanto as ações urbanas como as regionais". Isto porque "a distinção entre desenvolvimento urbano e regional é muito sutil para ser operacional".

Cabe investigar se a política de desenvolvimento urbano continuará a ser formulada e executada em separado da política de desenvolvimento regional. Terão estas políticas as mesmas características que assumiram no passado? A política de desenvolvimento urbano incluirá no futuro a dimensão interurbana? Indaga-se também, se o desenvolvimento urbano e regional continuarem a ser tratados separadamente, onde entraria a ordenação do território.

Além dessas questões iniciais, é preciso a curto prazo discutir:

o conceito de ordenação do território,

os instrumentos necessários para implementá-lo,

a autonomia de uma política de ordenação do território, em relação às demais políticas públicas, especialmente o desenvolvimento urbano e regional,

até que ponto a ordenação do território provocaria a junção das políticas urbanas e regionais.

4. AS POLÍTICAS E OS PROGRAMAS SETORIAIS

A Constituição de 1988 realizou ampla reforma tributária, alterando a distribuição de recursos entre os três níveis de Governo. Previamente ao novo sistema de partilha dos recursos, a União ficava com 45% da arrecadação, os Estados com 37%, e os Municípios com 18%. Em 1993, quando a reforma tributária estiver integralmente implantada, estima-se que o Governo Federal deterá 36% da receita, os Estados 40% e as Prefeituras 24%.

Ao mesmo tempo em que determinou a reforma tributária, a nova Constituição optou pela descentralização administrativa, devolvendo aos governos locais a prestação e o custeio dos diversos serviços públicos. Em consequência, o Governo Federal não terá mais como custear programas e projetos mediante transferência a fundo perdido. Por essa razão, foi realizada a chamada "operação desmonte" quando da preparação do orçamento de 1989, retirando da responsabilidade da União diversos programas que, doravante, ficarão a cargo dos Estados e Municípios.

Assim, as obras e serviços de infra-estrutura urbana deverão ser custeados com recursos próprios dos Municípios e/ou por meio de empréstimos a serem obtidos junto ao sistema financeiro nacional, notadamente do Sistema Financeiro da Habitação e do Sistema Financeiro de Saneamento, ambos geridos pela Caixa Econômica Federal.

Os programas habitacionais e de saneamento básico, diz a Constituição, deverão ser promovidos pelas três esferas de Governo. A forma como deverão ser custeados tais investimentos, os modos de colaboração entre União, Estados e Municípios, bem como outros temas relevantes - público alvo, política de subsídios, e outros - serão objeto de legislação ordinária, a ser aprovada pelo Congresso.

Os recursos aplicados pela administração indireta, basicamente pela Caixa Econômica Federal, alcançaram em 1988 níveis bastante acima daqueles registrados historicamente em desenvolvimento urbano (PRODURB) e saneamento (PLANASA). As aplicações em habitação, com recursos oriundos do FGTS, foram superiores às do período 1984/1987, porém menores do que os valores observados até 1983.

As elevadas aplicações do exercício ocorreram a despeito da Resolução nº 1469 de 21.03.88, que limitou "aos saldos existentes em 31.12.87, corrigidos mensalmente, segundo o índice de variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), os empréstimos, adiantamentos (exceto os de câmbio), repasses, garantias de qualquer natureza, e operações de arrendamento mercantil realizados pelas instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil com a administração direta da União, com as empresas estatais de que trata o Art. 2º do Decreto nº 84.128 de 29.10.79, com os territórios federais, governos estaduais, municipais, Distrito Federal e suas entidades da administração pública". Para efeito da apuração do total dos saldos em 31.12.87 não foram consideradas, de acordo com a alínea "d" do Inciso I, as operações com recursos originários dos fundos de água e esgoto estaduais.

Posteriormente, o Banco Central, amenizou a rigidez da Resolução acima, expedindo a Resolução nº 1544 de 22.12.88, excluindo da apuração dos saldos das aplicações em 31.12.87, "as operações de crédito contratadas diretamente pela Caixa Econômica Federal com as administrações direta e indireta, federal, estadual e municipal, destinadas à complementação de obras nos campos de habitação social, saneamento básico e infra-estrutura habitacional e urbana, no montante global de até 217.327 (duzentos e dezessete mil, trezentos e vinte e sete) OTN, limitados os desembolsos, em 1988, em até 59.567 (cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e sete) OTN, em 1989, em até 87.157 (oitenta e sete mil, cento e cinquenta e sete) OTN, e, em 1990, em até 70.603 (setenta mil, seiscentos e três) OTN".

A seguir, uma análise do comportamento dos programas federais de infra-estrutura, serviços e gestão urbana; saneamento básico, e habitação, bem como os principais problemas de cada setor.

4.1 Infra-Estrutura, Serviços Públicos e Gestão Urbana

Os programas de melhoria da infra-estrutura urbana das cidades brasileiras, promovidos pelo Governo Federal, foram desenvolvidos, basicamente, pela administração direta (Ministério da Habitação e Bem-Estar Social) e indireta (Caixa Econômica Federal).

4.1.1 Programas do MBES

Em 1988, o MBES assinou 455 convênios com governos municipais e estaduais objetivando apoiar iniciativas voltadas para a melhoria da gestão urbana, continuação da implantação dos Projetos Metropolitanos de Recife e Salvador e fortalecimento das cidades de médio e pequeno porte, envolvendo o total de Cz\$ 38,5 bilhões.

Gestão Urbana

Foram firmados 15 convênios no valor de Cz\$ 1,5 bilhão, visando assistir tecnicamente os governos municipais, desenvolvendo-se cadastros técnicos, fortalecimento institucional e aparelhamento das Prefeituras.

Projetos Metropolitanos de Recife e Salvador

Foram firmados convênios com os governos estaduais objetivando dar prosseguimento aos dois projetos, no valor de Cz\$ 22,9 bilhões.

Ao Projeto Metropolitano do Recife foram transferidos, no exercício, Cz\$ 10,5 bilhões, sendo Cz\$ 8,5 bilhões oriundos do empréstimo do BIRD e Cz\$ 2,0 bilhões do PIN/PROTERRA.

Em 31.12.88, o Projeto de Recife havia realizado aplicações acumuladas de US\$ 175,5 milhões, desde o seu início em 1982. Este valor acumulado originou-se do BIRD (US\$ 83,6 milhões) PIN/PROTERRA (US\$ 18,0 milhões) Governo do Estado de Pernambuco (US\$ 55,4 milhões) e Municípios (US\$ 18,5 milhões). Por componente, os recursos foram aplicados em Habitação, Saneamento e Transportes (US\$ 133,1 milhões), Atividades Produtivas (US\$ 25,3 milhões) e Desenvolvimento Institucional (US\$ 17,1 milhões).

O Projeto Recife deverá encerrar-se em 1989, com o término do contrato com o BIRD. As metas iniciais previam investimentos totais de US\$ 247,0 milhões, sendo US\$ 161,1 milhões da União (US\$ 37,2 milhões do PIN/PROTERRA e US\$ 123,9 milhões do BIRD) e US\$ 85,9 milhões oriundos dos orçamentos do Estado de Pernambuco e dos Municípios, além de operações de créditos internos dos governos locais para compor a contrapartida.

O Projeto Metropolitano de Salvador, efetivamente iniciado em 1987, tem investimentos totais previstos em US\$ 150,2 milhões, sendo US\$ 54,5 milhões do BIRD (tomados pela União e re-emprestados ao Governo do Estado da Bahia), US\$ 29,6 milhões do Orçamento Geral da União (PIN/PROTERRA) e US\$ 66,1 milhões do Estado e dos Municípios, sendo US\$ 34,2 milhões dos orçamentos correntes e US\$ 31,9 milhões de empréstimos da CEF.

Em 1988, foram transferidos ao Projeto recursos de Cz\$ 3,0 bilhões, sendo Cz\$ 1,1 bilhão da União (Cz\$ 165 milhões do BIRD e Cz\$ 945 milhões do PIN/PROTERRA); Cz\$ 302 milhões do Tesouro do Estado da Bahia e Cz\$ 1,6 bilhão da CEF.

As aplicações totais acumuladas até 31.12.88 atingiram US\$ 16,7 milhões, sendo US\$ 1,7 milhão da União (Cz\$ 1,0 milhão do BIRD e US\$ 0,7 milhão do PIN/PROTERRA), e US\$ 15,0 milhões do Estado da Bahia (US\$ 4,9 milhões do Tesouro Estadual e US\$ 10,1 milhões da Caixa Econômica Federal).

● Governo da Bahia está negociando a transferência do contrato de empréstimo do BIRD com a União para o âmbito do Estado, a partir de 1989. Assim, o Governo Federal não participará mais do financiamento do projeto, que ficará exclusivamente a cargo do Governo do Estado da Bahia e das Prefeituras.

Cidades de Porte Médio

Foram firmados 8 convênios com cidades de porte médio, totalizando Cz\$ 2,0 bilhões, relativos a projetos de melhoria de infra-estrutura urbana e apoio institucional.

Cidades de Pequeno Porte

Mediante a alocação de Cz\$ 12,1 bilhões, foram firmados 430 convênios com órgãos públicos estaduais e municipais, predominando as obras de pavimentação de vias.

4.1.2 Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano-PRODURB (da Caixa Econômica Federal)

O PRODURB objetiva o financiamento da implantação de projetos de infra-estrutura, equipamentos, serviços públicos e gestão urbana. Os governos estaduais e municipais podem contratar empréstimos com a CEF, visando à realização de ampla variedade de obras urbanas (inclusive lotes urbanizados), excluindo-se a construção de casas e obras de saneamento básico⁷.

Este programa deverá ter sua importância realçada com a redução das transferências a fundo perdido da União e a obrigatoriedade das cidades com mais de 20 mil habitantes terem planos diretores. Estes planos poderão ter sua elaboração financiada pelo PRODURB. A melhoria das finanças municipais, causada pela reforma tributária, aumentará a capacidade de endividamento das Prefeituras, permitindo-lhes contrair empréstimos com a CEF, através do PRODURB.

No exercício de 1988, apesar da Resolução nº 1469, do Banco Central, restringir os empréstimos ao setor público, o PRODURB realizou empréstimos de 75,6 milhões de OTNs, contra 22,4 milhões em 1987, correspondentes a um aumento de 237%⁸.

APLICAÇÕES DO PRODURB - 1980/1988

ANOS	VALORES EM MILHÕES DE OTNs
1980	48
1981	28
1982	35
1983	27
1984	18
1985	21
1986	7
1987	22
1988	75

A distribuição das aplicações em 1988, por microrregião, foi a seguinte: Norte (8,7%); Nordeste (18,1%), Sudeste (54,0%), Sul (11,4%) e Centro-Oeste (7,8%). O Estado de São Paulo recebeu, sozinho, 44,0% das aplicações. As aplicações por Estado estão na Tabela 36, do Anexo.

A CEF não informou a distribuição dos valores por projeto.

4.1.3 Principais Problemas do Setor

A crise econômica presente no País desde o início da década de 80 reduziu a capacidade de investimento do setor público.

Em consequência, as cidades brasileiras registram carência generalizada de infra-estrutura e deterioração na prestação dos

serviços públicos. Os processos de gestão administrativa pouco avançaram nos últimos anos.

A fragilidade da infra-estrutura urbana pode ser exemplificada com as catástrofes ocorridas no Rio de Janeiro e Salvador, ocasionadas pelo volume de chuvas pouco acima das médias normais.

Além da queda na qualidade de vida, a ausência de infra-estrutura reduz a produtividade da economia e representa sério ponto de estrangulamento ao crescimento econômico.

Com o fim das transferências efetuadas pela União a fundo perdido para as Prefeituras, é preciso que os governos municipais procurem aumentar a receita própria, realizando amplo esforço de arrecadação.

Ademais, é necessário reduzir as despesas de custeio, adotar métodos mais atuais de gestão municipal e racionalizar a programação de investimentos, para maximizar o uso dos recursos disponíveis.

4.2 Saneamento Básico

É da competência municipal a prestação da maior parte dos serviços de saneamento, em virtude de serem serviços públicos de interesse local⁹. Assim, os governos locais são, de acordo com os princípios constitucionais, responsáveis pelo abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e disposição de resíduos sólidos e microdrenagem, que podem ser prestados diretamente à população ou sob regime de concessão ou permissão.

O controle da poluição é da competência de todos os níveis de Governo, bem como a macrodrenagem, pois dizem respeito ao meio ambiente de um modo geral e, freqüentemente, tais ações extravasam o âmbito municipal, como por exemplo, o controle de

cheias das bacias hidrográficas. A proteção de mananciais é, também, da competência de todas as esferas governamentais.

A nova Constituição estabelece também, para o setor de saneamento, os seguintes princípios:

a) compete à União, "instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes";

b) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, promover programas de construção de moradias, e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

c) ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições nos termos da lei, "participar da formulação da política e da elevação das ações de saneamento";

Neste relatório de acompanhamento das políticas públicas federais serão considerados apenas os serviços de saneamento básico - água e esgoto.

4.2.1 Organização Institucional do Setor

Atualmente, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são prestados à população: (i) pelas empresas concessionárias estaduais de saneamento básico integrantes do Plano Nacional de Saneamento, (ii) pelos Municípios ligados à ação da Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP); e (iii) pelas Prefeituras que atuam isoladamente, desvinculadas dos programas federais¹⁰.

As empresas estaduais que receberam a concessão dos serviços municipais e participam do PLANASA atendiam, em 1988, com abastecimento de água, 3.031 sedes municipais e 1.387 localidades. Com esgotamento sanitário, os números compunham-se de 572 sedes municipais e 106 localidades.

A Fundação SESP, também em 1988, respondeu pelos serviços de 257 municípios, administrando 571 sistemas de água e 105 de esgotos.

Os municípios isolados, reunidos na Associação dos Serviços Municipais de Águas e Esgotos (ASSEMAE), criada em 1984, respondiam em 1985 pelo atendimento de 471 cidades e 594 localidades.

4.2.2 Nível de Atendimento à População

Abastecimento de Água

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 1987 pelo IBGE, os serviços de abastecimento de água atendiam cerca de 88,28% da população, contra 88,72% em 1986, correspondendo a uma regressão de cerca de 0,44%. A redução do percentual de cobertura pode refletir uma diminuição efetiva no nível de atendimento à população ou ser atribuída a erros de amostragem.

As informações fornecidas pelos segmentos que prestam os serviços mostram que, em 1988, as concessionárias estaduais integradas ao PLANASA atendiam 78.1 milhões de pessoas e a rede da FSESP cerca de 4.2 milhões. Os dados sobre a população atendida pelos municípios da ASSEMAE não estavam disponíveis à época deste levantamento.

Esgotamento Sanitário

O último dado referente ao atendimento da população total do País por redes de esgotos é encontrado na PNAD de 1984 e mostra que, naquele ano, 39% dos domicílios urbanos eram ligados à rede geral.

Os dados do PLANASA mostram, em 1988, uma população servida de cerca de 18,6 milhões de habitantes. Não foi possível

também levantar o número de pessoas atendidas pelas redes de esgotos dos municípios pela FSESP e ASSEMAE.

4.2.3 Principais Problemas do Setor

Os problemas de saneamento básico do País podem ser caracterizados a partir do estudo do nível de atendimento da população, do desempenho dos principais segmentos institucionais responsáveis pelo setor e das políticas federais mais globais.

O nível de atendimento à população, com respeito ao abastecimento de água, registrou, sem dúvida alguma, avanços expressivos. Desde 1986, de acordo com as pesquisas do IBGE, 88% da população já era atendida com serviços de água encanada. O restante da população não atendida localiza-se, de modo geral, nas periferias urbanas e em locais de difícil acesso, como, por exemplo, nas favelas localizadas em encostas. Os esforços de todos os níveis de Governo devem agora concentrar-se no atendimento a estas minorias.

Além da preocupação de universalizar os serviços é preciso que os órgãos responsáveis passem, também, a dar maior atenção à fiscalização da qualidade da água, aumentando, inclusive, o número de sistemas com serviços de fluoretação

Recente seminário promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), destacou a necessidade de serem investidos recursos na conservação das redes de distribuição, tendo em vista perdas registradas de até 50% do volume de água captada e tratada. A redução das perdas poderá evitar vultosos investimentos em captação, tratamento e adução. Os programas de controle de perda, devem incluir, também, a hidrometração, como forma de reduzir as perdas e aumentar a receita tarifária decorrente da prestação dos serviços.

Enquanto o abastecimento de água registrou grandes progressos graças, especialmente, à atuação do PLANASA, o mesmo

não aconteceu com o esgotamento sanitário. O número de pessoas atendidas, segundo o IBGE, é de menos da metade dos servidos por água.

Esta situação deve-se, em parte, aos altos custos das redes de esgoto e ao sistema de cobrança dos serviços. A tarifa de esgotos deve corresponder, sempre, a 80% da tarifa de água.

Outro problema importante, referente aos esgotos, diz respeito ao seu lançamento in-natura, que polui os mananciais de abastecimento de água, além de outros efeitos indesejáveis sobre o meio ambiente. Redobrados esforços devem ser feitos quanto ao controle do despejo de dejetos industriais.

Quanto aos principais segmentos governamentais encarregados de prestar os serviços, destacam-se, inicialmente, os problemas enfrentados pelas companhias de saneamento básico, as CESSBs, ligadas ao PLANASA/SFS, responsáveis pelo atendimento à maior parte da população brasileira. As concessionárias estaduais, têm tido suas tarifas controladas pelos sucessivos programas de ajustamento da economia brasileira, postos em prática desde o início da década de 80, em nome do combate à inflação. Em decorrência, as concessionárias encontram-se endividadas, impossibilitadas, inclusive, de retornar ao Sistema Financeiro de Saneamento os empréstimos contraídos. Os problemas enfrentados pelas CESSBs em 1988 são os mesmos detectados em 1987¹¹. O Plano Verão, posto em prática em janeiro de 1989, veio dificultar ainda mais a ação dessas empresas.

Os programas da Fundação SESP, que atendem a menos de 10% do número de municípios vinculados ao PLANASA, têm tido um crescimento apenas vegetativo, já que seus recursos são de origem orçamentária. Apesar de seu raio de ação não ser muito amplo, deve-se reconhecer a importância da ação da FSESP, voltada aos municípios mais pobres. Suas atividades vão além dos serviços de água e esgoto, realizando melhorias sanitárias domiciliares, com impactos positivos diretos sobre a população beneficiada. A ação desse órgão deveria ser reforçada pelo Governo

Federal, incumbindo-a de fomentar, junto aos governos estaduais, os programas de saneamento rural.

Os municípios que atuam isoladamente, reunidos na ASSEMAE, sofrem dificuldades na obtenção de recursos para financiar a instalação ou expansão de seus serviços. Apesar de já poderem contratar empréstimos junto ao PLANASA/SFS, o acesso dos serviços autônomos a tais linhas de crédito não tem sido fácil nem com a agilidade desejada.

As políticas federais de saneamento básico já foram objeto de inúmeros estudos, visando à sua reformulação. Em 1985, o MDU criou a Comissão de Reformulação do SFS/PLANASA (Portaria GM/nº 142/85 de 16.10.85) e, das recomendações produzidas, quase nada foi implantado.

A decisão de transferir ao Ministério da Saúde, em 1988, a responsabilidade pela formulação da política de saneamento básico sofre restrição de alguns setores, conforme descrito no capítulo 2, referente à promoção do desenvolvimento urbano pelo Governo Federal em 1988. Esse tema precisa de discussão urgente, com a participação de todos os envolvidos.

Por último, é preciso também retomar a discussão sobre o financiamento do saneamento básico e sobre a reorganização institucional do setor. Tal discussão deve envolver a forma de colaboração de todos os níveis de Governo e da alocação de recursos orçamentários a fundo perdido, para avançar na melhoria dos serviços de esgotamento sanitário, na eventual concessão de subsídios à população mais pobre e na reforma tarifária.

A reorganização institucional do setor deve considerar temas novos, como a descentralização aos municípios dos serviços hoje concentrados nas concessionárias, e a separação em empresas distintas dos serviços de água dos serviços de esgotos, além de outros.

4.2.4 Os Programas Federais em 1988

Segue-se um relato dos principais programas federais em 1988, executados pelo SFS/PLANASA, FSESP e MBES.

Programas da Caixa Econômica Federal

Em 1988 a Caixa Econômica Federal, gestora do SFS/PLANASA, aplicou 142,6 milhões de OTNs nos programas de saneamento, contra 76,5 milhões em 1987, alcançando um crescimento real de 86,5%. A CEF aplicou, em 1988, em água e esgoto, mais do dobro do que em qualquer outro ano, desde a criação do PLANASA.

É possível que parte importante dessas aplicações derive de operações contratadas previamente à Resolução nº 1469. Provavelmente as aplicações deverão ser reduzidas em 1989, pois, além das restrições da Resolução nº 1469, os recursos do FGTS, geridos pela Caixa, têm apresentado crescimento aquém das necessidades.

Por subprograma, as aplicações em 1988, foram as seguintes (em 1.000 OTNs): REFINAG - água (80.666), FINEST-3 - água (0), REFINESG - esgotos (52.152) e FIDREN - drenagem (9.812).

Considerando-se as contrapartidas dos Estados, através do FAE, e a entrada de recursos a fundo perdido e outras fontes, as aplicações do PLANASA totalizaram 178,2 milhões de OTNs em 1988 contra 162,8 milhões em 1987, um crescimento real de 10% (ver Tabela 49, do Anexo Estatístico).

Os recursos aplicados em abastecimento de água em 1988 ocorreram em cidades médias e grandes (97,3 milhões de OTNs) e em comunidades de pequeno porte (324 OTNs).

O PROSANER-Projeto Experimental de Saneamento Básico para a População Pobre, complementar ao PLANASA, criado em 1987, a ser executado com recursos do BIRD e com transferências a fundo perdido da União às concessionárias estaduais, através da CEF,

não apresentou desenvolvimento em 1988. Não foi assinado o Contrato de Empréstimo com o BIRD e a CEF realizou, com recursos próprios, alguns empréstimos de pequena monta no âmbito deste programa.

Programas da Fundação SESP

A Fundação SESP aplicou, em 1988, recursos da ordem de Cz\$ 4.5 bilhões, incluindo os aportes oriundos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS (Convênio MS/FAS).

Por programa, as aplicações foram assim distribuídas: (a) Construção e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água (Cz\$ 3.3 bilhões); (b) Construção e Ampliação de Sistemas de Esgotos (Cz\$ 316 milhões); (c) Melhorias Sanitárias Domiciliares (Cz\$ 557 milhões); (d) Saneamento Básico em Pequenas Localidades (Cz\$ 294 milhões).

Programas do MBES

O MBES firmou 330 convênios com Estados e Municípios, envolvendo recursos de Cz\$ 12.4 bilhões, destinados à construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Parte dos recursos desses convênios foram aplicados no Programa Nacional de Instalações Hidráulico-Sanitárias Domiciliares Mínimas-PRONID, destinado a criar condições sanitárias adequadas e de baixo custo no interior dos domicílios da população de baixa renda.

A Operação Desmonte, realizada pela União e que retirou do elenco dos projetos federais os repasses a fundo perdido para os Estados e Municípios, não permitirá que, em 1989, sejam transferidos recursos do OGU para o saneamento básico, o que representa a extinção do PRONID.

4.3 Habitação

Este capítulo pretende contribuir para a análise e discussão de temas importantes sobre os rumos da política habitacional, entre os quais destacam-se: (a) o atual arranjo institucional do setor, em especial a dispersão das competências entre diferentes segmentos da administração federal e a autonomia do SBPE; (b) os limites das atuais fontes de financiamento do setor; (c) a inexistência de uma política explícita de subsídios e suas conseqüências; e (d) as reais prioridades da política habitacional atual.

4.3.1 O Arranjo Institucional

O setor público federal promove a produção de moradias, basicamente através do SFH e mediante o financiamento de programas de incentivo à construção sob regime de mutirão. Coexistem algumas iniciativas isoladas de governos estaduais e municipais, que, todavia, são pouco significativas em termos quantitativos.

Trata-se de um conjunto de ações segmentadas, sem articulação adequada a uma política consistente e coerente com os objetivos expressos nos planos de Governo, que determinam tratamento prioritário à população de baixa renda.

As constantes alterações no arranjo institucional no último triênio, mencionadas no Capítulo 2, visaram à acomodação de interesses políticos, ou tentativas de ordenamento da administração federal desvinculadas de qualquer projeto de aperfeiçoamento ou redefinição do papel do setor público nessa área.

Como resultado desse processo, assiste-se atualmente a uma falta de unicidade no comando das ações e a uma desorganização institucional.

No momento, é a seguinte a distribuição formal de competências entre as agências federais que atuam no setor:

- Ministério do Interior: responsável pela política habitacional,

- SEAC: gestão do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais,

- Ministério da Fazenda: responsável pelas atividades financeiras do SFH,

- Banco Central: órgão normativo e fiscalizador do SBPE,

- Caixa Econômica Federal: acumula as funções de instituição gestora das aplicações do FGTS, atuando como banco de 2ª linha, e de agente do SBPE, captando e aplicando recursos oriundos de poupanças voluntárias, como banco de 1ª linha.

As esferas estadual e municipal atuam na condição de promotores dos empreendimentos habitacionais (compreendendo a aquisição de terrenos, equacionamento de sua infra-estrutura, contratação de produção das unidades habitacionais, seleção dos compradores) e de agentes financeiros. Essas atividades são exercidas principalmente pelas Companhias Habitacionais (COHABS).

A atual localização do órgão central de política habitacional no Ministério do Interior tende a diluir a importância e a atenção que o setor requer. Além disso, a subordinação da CEF, principal instrumento do SFH, ao Ministério da Fazenda contribui para fragilizar o papel da instância responsável pela formulação da política habitacional.

Essa estrutura dispersa, associada à perspectiva de que o Tesouro Nacional assumirá volumosos encargos do FCVS (saldos devedores) nos próximos anos, concorreram para a transferência do centro de decisões do setor para o âmbito das autoridades econômicas.

A transferência da gestão do SBPE da esfera do extinto BNH para o Banco Central embasava-se, naquela ocasião, na necessidade de submeter ao controle das autoridades monetárias parte importante dos haveres não-monetários representados pelos depósitos em cadernetas de poupança. Ademais, o BNH não havia logrado, durante seu período de existência, drenar recursos significativos do SBPE para reforçar os programas destinados à clientela de menor poder aquisitivo, não obstante houvesse criado vários planos de indução neste sentido.

Não se questiona a necessidade de articulação entre a gestão do SBPE e a política monetária. O SBPE, entretanto, deve estar obrigatoriamente sob o comando da agência governamental encarregada da formulação da política habitacional, para não restringir a capacidade de utilização desse sistema como instrumento de distribuição de renda¹².

Isto fica evidente quando se constata que o SBPE foi responsável, no biênio 1987/1988, pela arrecadação de mais de 80% dos recursos captados pelo SFH e que este segmento do sistema dirige marginalmente essas poupanças para famílias com rendimento inferior a dez salários mínimos.

Com relação às constantes alterações no arranjo institucional e às sucessivas mudanças no comando das instituições, cumpre registrar os efeitos desagregadores dessas práticas sobre os quadros técnicos existentes, com repercussão negativa sobre o gerenciamento das ações do setor.

4.3.2 Nível de Atendimento dos Programas Habitacionais em 1988

O Sistema Financeiro da Habitação, o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social e a Secretaria Especial de Ação Comunitária assumiram compromissos, mediante contratação de financiamentos ou convênios firmados, para a produção de 667 mil moradias.

Desse total, 109 mil foram contratados pelo segmento da CEF que opera com recursos do FGTS, 174 mil pelos agentes do SBPE, sendo 140 mil através da CEF; 350 mil conveniados pela SEAC, e, 34 mil pelo MBES (Tabela 64).

Apesar da recuperação, em relação aos anos anteriores, do volume de financiamento do SFH (Tabela 63), a maior parte dos compromissos assumidos derivou dos convênios firmados pela SEAC.

Caso essas metas venham a ser atingidas, os programas habitacionais poderiam atender a 103% da necessidade de novas habitações, gerada pelo crescimento demográfico urbano em 1988¹³. Ter-se-ia, assim, uma redução do déficit habitacional, especialmente na faixa da população com renda familiar inferior a três salários mínimos (Tabela 66). A Tabela 66 indica também que, no estrato de renda média entre 5 e 10 salários mínimos, o nível de cobertura das necessidades é de 39%, constituindo a parcela com menor nível de atendimento.

As informações coletadas junto à SEAC suscitam um questionamento quanto à viabilidade da meta preconizada (produção de 350 mil moradias sob regime de mutirão) e uma reavaliação dos níveis de atendimento anteriormente citados.

Os recursos do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais destinam-se à aquisição de materiais de construção, ao custo médio em torno de 2,5 OTNs por metro quadrado. Tendo estas habitações aproximadamente 36m², segundo informações da SEAC, o valor a ser repassado por essa instituição deveria ser de 90 OTNs, por unidade moradia¹⁴.

De acordo com a SEAC, os recursos despendidos com este Programa, em 1988, foram da ordem de Cz\$ 17,3 bilhões, equivalentes a 13 milhões de OTNs.

Esse volume de recursos, aplicados em unidades habitacionais com custo unitário de 90 OTNs, possibilitaria a construção

de 145 mil moradias, número sensivelmente inferior à meta anunciada.

Com isso, o nível de atendimento dos programas habitacionais passaria de 103% para 71% da demanda anual, considerando-se o total de famílias, e de 163% para 81% no estrato de renda familiar de até três salários mínimos¹⁵.

Na ausência de um sistema de monitoração, que possibilite acompanhamento e aferição dos resultados do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, alguns comentários devem ser feitos quanto ao potencial de sua estratégia de atuação.

Diversos estudos analisaram a implementação de projetos de mutirão em metrópoles, e apontaram aspectos negativos com relação aos custos (em razão do desperdício de materiais, da falta de continuidade no processo de produção e da carência de assistência técnica), à qualidade das moradias, e ao desgaste para a população, obrigada a se deslocar, durante meses, para trabalhar em locais distantes nos fins de semana. Essas considerações apontam o equívoco de se vislumbrar no mutirão a solução para os problemas habitacionais.

Os financiamentos destinados à produção de conjuntos de habitação popular, implementados pelas COHABs, inicialmente visavam a famílias com renda de três a cinco salários mínimos. No entanto, foram sensivelmente reduzidos na década de 80 (Tabela 65), em vista da limitação dos recursos disponíveis para aplicação pelo BNH/CEF nesse período. Mais recentemente, a situação agravou-se, com a Resolução nº 1459, do Banco Central, que restringiu o endividamento dos Estados e Municípios.

Além disso, tais Programas têm deslocado seu objetivo, para atender às famílias com rendimento na faixa de 5 a 10 salários mínimos, em virtude da deterioração do poder de compra dos salários vis-a-vis os preços crescentes das unidades habitacionais. O valor médio de um financiamento habitacional da COHAB, que situava-se em torno de 496 OTNs, em 1982, passou, em 1988,

para 1.012 OTNs. Nesse mesmo período o salário mínimo decresceu, de 9.2 para 7.73 OTNs.

4.3.3 Financiamento dos Programas Habitacionais e Escalonamento de Prioridades

O melhor indicador da importância atribuída pelo Governo aos diferentes estratos da população é a distribuição dos recursos alocados entre os diferentes programas habitacionais.

Sob esse prisma, observa-se que às famílias com renda inferior a três salários mínimos, que representam 38% da população urbana, foram destinados apenas 5% dos recursos totais alocados, e que a CEF destina a essa faixa apenas 3% do volume total de seus financiamentos habitacionais (Tabela 71).

Por sua vez, as famílias com renda superior a dez salários mínimos, que constituem 22% da população urbana, absorveram 60% dos recursos alocados.

Este é um indicador eloqüente da não correspondência entre o esforço financeiro empreendido e a prioridade à população de baixa renda apregoada nos planos de Governo.

Do total de compromissos consumidos, em 1988, no montante de 526 milhões de OTNs, 288 milhões de OTNs foram originários do SBPE, 122 milhões de OTNs do segmento da CEF, que opera com recursos do FGTS, e 16 milhões de OTNs provêm de recursos do Tesouro da União, repassados pela SEAC e MBES (Tabela 71).

Os recursos do Tesouro financiam programas de produção de moradias sob regime de mutirão, mediante transferência de recursos a fundo perdido para os governos locais.

Apesar de essas transferências se vincularem à formação de fundos habitacionais, no âmbito local, e serem reforçadas por prestações mensais dos mutuários, equivalentes a 10% do salário

mínimo durante cinco anos, é improvável que esses fundos recuperem recursos significativos para reinvestimento.

Os financiamentos da CEF com recursos oriundos do FGTS obedecem a um sistema de subsídios cruzados, com taxas de juros diretamente proporcionais à faixa de valor dos financiamentos. Esse mecanismo, na medida em que não recebe o aporte de recursos a fundo perdido, restringe uma atuação mais vigorosa da CEF na área de habitação popular.

Os financiamentos do SFH propiciam ainda subsídios não-planejados aos mutuários, pela formação de resíduos dos saldos devedores não cobertos pelo FCVS e que serão assumidos pelo Tesouro.

A partir de 1988, vão beneficiar-se desse tipo de subsídio apenas os mutuários que contraíram financiamentos inferiores a 2.500 OTNs. Em janeiro de 1988, um financiamento nessa faixa beneficiava uma família com renda mínima de 11 salários mínimos.

Considerando-se o perfil de distribuição de renda das famílias e a reduzida capacidade de subsídios do Governo, nota-se que esse benefício ainda atende a uma faixa significativa da população de renda média, em detrimento das camadas mais pobres da população.

A participação do SBPE em financiamentos habitacionais na faixa de 5 a 10 salários mínimos (Tabela 71) é duvidosa, pois se baseia no pressuposto de que esse estrato da população é beneficiário dos empréstimos de até 2.500 OTNs, concedidos pelos agentes do Sistema. A norma do BACEN estabelece limites de financiamento por segmento de mercado, tomando por base o valor concedido para financiar a aquisição do imóvel sem considerar seu preço de mercado. É provável que uma parcela significativa dessas operações esteja servindo para adquirir imóveis de preço mais elevado, atendendo, conseqüentemente, a uma clientela de maior poder aquisitivo, onde o risco de inadimplência é menor.

Esse tipo de distorção estende-se também às normas que regulam a concessão de subsídios através do FCVS, o escalonamento de prazos e juros dos empréstimos habitacionais, reduzindo os efeitos redistributivos dos programas da SFH.

4.3.4 Comportamento das Fontes de Recursos do SFH

O Sistema Financeiro da Habitação foi responsável em 1988 por 97% dos investimentos realizados em programas habitacionais federais.

Seus dois principais instrumentos de captação de recursos, o FGTS e o depósito em cadernetas de poupança, embora apresentem trajetórias distintas nesta década, revelam grande sensibilidade às flutuações econômicas, em especial no que diz respeito aos níveis de emprego e renda.

A importância dos depósitos em caderneta de poupança relativamente à captação líquida do FGTS foi decrescente até 1986, recuperando-se substancialmente no biênio 1987/88 (Tabelas 74 e 75)

O segmento do SFH que opera com recursos do FGTS vem perdendo sua capacidade de investimentos, tanto pela queda na arrecadação líquida desse fundo, como pela redução nas receitas de financiamento (amortização + juros) do BNH/CEF (Tabelas 73 e 74).

A queda na arrecadação líquida do FGTS deve-se sobretudo ao acréscimo dos saques para indenização (Tabela 74), enquanto a redução das receitas de financiamentos refletem tanto as reduções do valor das prestações habitacionais concedidas aos mutuários do sistema, como os reescalonamentos de dívidas das Companhias Habitacionais e Empresas Estaduais de Saneamento, ao longo dos últimos anos.

Comparando-se o valor dos financiamentos concedidos com a captação líquida de recursos do SFH (Tabelas 77 e 78), nota-se que, nos anos de 1987 e 1988, o SBPE manteve parte significativa de seus recursos desvinculada de suas finalidades.

Ainda que a retomada do crescimento econômico propicie uma recuperação da capacidade de investimentos do módulo do SFH que opera com recursos do FGTS, a crescente importância dos depósitos em caderneta de poupança indica a possibilidade de se carrear parte desses recursos para o financiamento de habitações populares. Isto é possível, na medida em que os agentes do SBPE têm liberdade para aplicar parte da captação da poupança a taxas de mercado, compensando a menor remuneração que seria propiciada pela destinação de uma fatia dos recursos para financiamento de habitações populares.

Ademais, dever-se-ia considerar, para efeito de regulamentação das aplicações do SBPE, a parcela constituída pelos retornos dos empréstimos realizados, sobre os quais não existem sequer informações quanto à dimensão.

5. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

A conjuntura política do exercício de 1988 favoreceu a liberação de recursos federais para o desenvolvimento urbano.

O crescimento das aplicações em infra-estrutura, habitação e saneamento não representa, entretanto, uma tendência para o futuro e dificilmente tal comportamento se repetirá nos próximos anos. As transferências a fundo perdido feitas pela administração direta da União deverão cessar completamente a partir de 1989, devido à queda na disponibilidade de recursos da União. Essa queda é determinada pela reforma tributária realizada pela nova Constituição e pela redução na arrecadação total ocasionada pela estagnação da economia. Somente a SEAC poderá, em 1989, transferir recursos para os governos locais.

O elevado volume de empréstimos liberados pela Caixa Econômica Federal também não deverá se repetir a curto prazo. A CEF está tentando, no momento, obter recursos para atender aos compromissos firmados em 1988, mediante a colocação de letras imobiliárias no mercado financeiro.

Os recursos aplicados em 1988 ocorreram em paralelo aos problemas estruturais do setor, quais sejam: o arranjo institucional inadequado para o desenvolvimento urbano e a ausência de uma política urbana claramente definida.

Os Sistemas Financeiro da Habitação e do Saneamento não tiveram tampouco encaminhados seus principais problemas, como o "rombo" do Fundo de Compensação de Variações Salariais e as dificuldades de acesso da população pobre aos programas habitacionais financiados com recursos do FGTS.

Quanto ao PLANASA, persistem as dificuldades financeiras das concessionárias estaduais, a defasagem nas tarifas e a estagnação nos índices de atendimento à população com os serviços de esgotamento sanitário.

As cidades brasileiras, em razão da queda nos investimentos em infra-estrutura durante toda a década, estão desaparelhadas para contribuir, efetivamente, para um novo ciclo de crescimento da economia brasileira. Além disso, a queda na qualidade de vida da população é inquestionável.

As perspectivas para os próximos anos não são animadoras, a não ser que um esforço concentrado seja realizado para reverter a situação atual.

O crescimento da população total, apesar das quedas verificadas nos índices nos últimos anos, ainda deverá ser alto, em torno de 1,8% ao ano.

A população urbana, por sua vez, deverá crescer a taxas de cerca de 2,3% ao ano (1990-2000), o que significa um aumento

absoluto médio de 2,7 milhões de pessoas, correspondente a pouco mais de 650 mil novos domicílios por ano. Este crescimento demandará novas habitações, ligações de água e esgoto e serviços de transportes, além de educação, saúde, etc.

É possível prever um aumento nos déficits de todos os serviços urbanos e a deterioração da infra-estrutura em geral. Existe um time-lag entre o aumento de recursos, o planejamento e contratação de obras e a efetiva disponibilidade dos bens e serviços para a população.

Desse modo, é preciso que todos os níveis de Governo iniciem, de imediato, esforços par reverter a expectativa de deterioração das cidades brasileiras, especialmente das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e cidades de maior porte.

Tais esforços devem ser desenvolvidos sobretudo pelas Prefeituras, encarregadas, de acordo com a nova Constituição, de promover, efetivamente, o desenvolvimento urbano, com a participação importante, porém secundária, dos governos estadual e federal.

NOTAS DE RODAPÉ

- ¹Os transportes urbanos não são considerados neste relatório, sendo tais atividades cobertas no IPLAN pela Coordenadoria de Transportes e Comunicações-CTC.
- ²O nível de elevação dos novos aluguéis não foi determinado, devido à interrupção do Estudo Mensal Sobre Aluguéis realizado pelo BNH até 1986.
- ³O segmento privado do SFH, representado pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, contratou, também em 1988, a construção de mais 174 mil moradias, envolvendo 388 milhões de OTNs.
- ⁴IPEA/IPLAN/CDU "As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1987" - Série Acompanhamento de Políticas Públicas nº 5 - Brasília, novembro de 1988.
- ⁵Idem.
- ⁶Ver, a propósito, as Resoluções do CNDU no período 1979/1981 e 1982/1984, além de outros trabalhos patrocinados pelo Conselho.
- ⁷Para uma descrição detalhada do PRODURB ver IPLAN/CDU - "As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1987", Série Acompanhamento de Políticas Públicas nº 5, Brasília, novembro de 1988.
- ⁸No "Relatório sobre as Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1987" (Série APP, nº 5, IPEA/IPLAN) foi erroneamente registrada uma aplicação do PRODURB de 47,7 milhões de OTNs em 1987, quando na verdade a aplicação foi de 22,4 milhões de OTNs naquele exercício.

⁹⁰ O setor de saneamento compreende o saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário), o saneamento ambiental (coleta e disposição de resíduos sólidos e controle da poluição - que inclui a proteção dos mananciais), e o saneamento geral (macro e microdrenagem).

¹⁰ Para uma descrição detalhada do PLANASA, ver IPEA/IPLAN/CDU - "As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1987" Série APP, nº 5, Brasília, novembro de 1988.

¹¹ Ver a respeito "IPEA/IPLAN/CDU - As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1987", item 3.1 - A Política de Saneamento, pp. 22 a 26.

¹² Esta articulação diz respeito principalmente às normas relativas à captação de poupanças voluntárias, estabelecimento de condições de financiamento que impliquem ônus ao Tesouro e volume de recursos a ser objeto de encaixe.

¹³ Historicamente, os programas habitacionais promovidos pelo Governo têm atendido a cerca de 35% das necessidades resultantes do crescimento demográfico urbano.

¹⁴ O custo médio de 2,5 OTNs por metro quadrado para aquisição de material de construção dificilmente viabilizaria a produção de moradias com padrão mínimo de qualidade, a menos que se somassem, a estes recursos, outros mobilizados pela comunidade.

¹⁵ É difícil supor que a diferença entre o valor liberado pela SEAC e o valor de construção de uma unidade habitacional seja integralmente coberto pela comunidade e pelos governos locais.

Tabela 1

BRASIL - População Total, Urbana e Rural - 1940/1980

Anos	População Total	População Urbana	População Rural	Gráu de Urbanização (%)
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,16
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	44,67
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	55,92
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	67,59

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico de 1983

Tabela 2

BRASIL - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Total e Urbana (1940/1980)

Período	Total	Urbana
1940-1950	2,39	3,84
1950-1960	2,99	5,24
1960-1970	2,89	5,22
1970-1980	2,48	4,44

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico de 1983

Tabela 3

BRASIL - Distribuição dos Domicílios por Classes de Tamanho - 1960, 1970, 1980

Classes de Tamanho	Números Absolutos			Porcentagem		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
1	645.873	916.119	1.566.061	4,78	5,19	6,19
2	1.580.457	2.129.348	3.449.677	11,70	12,07	13,64
3	2.019.934	2.622.422	4.316.185	14,96	14,86	17,06
4	2.196.564	2.763.694	4.492.639	16,27	15,66	17,76
5	1.836.914	2.505.637	3.699.707	13,60	14,20	14,63
6	1.533.126	1.961.268	2.588.744	11,35	11,12	10,23
7 e +	3.691.757	4.744.899	5.180.398	27,34	26,89	20,48
TOTAL	13.504.625	17.643.387	25.293.411	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE - Censos Demográficos - 1960, 1970, 1980.

Tabela 4

BRASIL - População Residente Total, Urbana e Rural - 1985/87

(Em 1.000 hab.)

População	1985		1986		1987	
	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%
Total	132.708	100,00	135.608	100,00	138.500	100,00
Urbana	96.323	72,58	98.764	72,83	101.387	73,20
Rural	36.385	27,42	36.844	27,17	37.113	26,80

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1985/1987

NOTA: Excluída a população rural da Região Norte

BRASIL - População Total, Urbana e Rural por Macrorregião (1940-1980)

Macrorregião/Ano	Total	Urbana	Rural	Gráu de Urbanização
NORTE				
1940	1.462.420	405.792	1.056.628	27,75
1950	1.844.655	580.867	1.263.788	31,49
1960	2.561.782	957.718	1.604.064	37,38
1970	3.603.860	1.626.600	1.977.260	45,13
1980	5.880.268	3.037.150	2.843.118	51,65
NORDESTE				
1940	14.434.080	3.381.173	11.052.907	23,42
1950	17.973.413	4.744.808	13.228.605	26,40
1960	22.181.880	7.516.500	14.665.380	33,89
1970	28.111.927	11.752.977	16.358.950	41,81
1980	34.812.356	17.566.842	17.245.514	50,46
SUDESTE				
1940	18.345.831	7.231.905	11.113.926	39,42
1950	22.548.494	10.720.734	11.827.760	47,55
1960	30.630.728	17.460.897	13.169.831	57,00
1970	39.853.498	28.964.601	10.888.897	72,68
1980	51.734.125	42.840.081	8.894.044	82,81
SUL				
1940	5.735.305	1.590.475	4.144.830	27,73
1950	7.840.870	2.312.985	5.527.885	29,50
1960	11.753.075	4.360.691	7.392.384	37,10
1970	16.496.493	7.303.427	9.193.066	44,27
1980	19.031.162	11.877.739	7.153.423	62,41
CENTRO-OESTE				
1940	1.258.679	270.837	987.842	21,52
1950	1.736.965	423.497	1.313.468	24,38
1960	2.942.992	1.007.228	1.935.764	34,22
1970	5.073.259	2.437.379	2.635.880	48,04
1980	7.544.795	5.114.597	2.430.198	67,79

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico de 1983.

Tabela 6

BRASIL - Distribuição da População Urbana por Macrorregião - 1940/1980

Anos	1940		1950		1960		1970		1980	
	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%
Norte	405.792	3,15	580.867	3,09	957.718	3,06	1.626.600	3,12	3.037.150	3,77
Nordeste	3.381.173	26,25	4.744.808	25,26	7.516.500	24,01	11.752.977	22,57	17.566.842	21,84
Sudeste	7.231.905	56,15	10.720.734	57,08	17.460.897	55,87	28.964.601	55,61	42.840.081	53,26
Sul	1.590.475	12,35	2.312.985	12,31	4.360.691	13,93	7.303.427	14,02	11.877.739	14,77
Centro-Oeste	270.837	2,10	423.497	2,26	1.007.228	3,22	2.437.379	4,68	5.114.597	6,36
Brasil	12.880.182	100,00	18.782.891	100,00	31.303.034	100,00	52.084.984	100,00	80.436.409	100,00

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico de 1983

Tabela 7

BRASIL - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Total e Urbana Segundo as Macrorregiões (1940-1980)

Macrorregiões	1940-1950		1950-1960		1960-1970		1970-1980	
	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana
Norte	2,29	3,65	3,34	5,13	3,40	5,44	5,02	6,44
Nordeste	2,27	3,45	2,08	4,71	2,50	4,57	2,16	4,10
Sudeste	2,14	4,02	3,06	5,00	2,60	5,19	2,64	3,99
Sul	3,25	3,82	4,07	6,55	3,44	5,29	1,44	4,98
Centro-Oeste	3,41	4,57	5,36	9,05	5,60	9,24	4,05	7,69

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico de 1983

Tabela 8

BRASIL - População Urbana Vivendo em Cidades com mais de 20.000 Habitantes em 1950 e 1980

Regiões	População vivendo em cidades com mais de 20.000 habitantes(A)		População Urbana (B)		B/A (%)	
	1950	1980	1950	1980	1950	1980
Norte	314.830	2.362.270	580.867	3.037.150	54,20	77,78
Nordeste	2.030.294	11.539.305	4.744.808	17.566.842	42,79	65,69
Sudeste	6.851.413	36.400.441	10.720.734	42.840.081	63,91	84,97
Sul	1.042.726	8.297.592	2.312.985	11.877.739	45,08	69,86
Centro-Oeste	95.424	2.654.058	423.497	5.114.497	22,53	51,89
Brasil	10.334.687	61.253.666	18.782.891	80.436.409	55,02	76,15

FONTE: IBGE - Censos de 1950 e 1980

Tabela 9

BRASIL - Número de Cidades (Sedes Municipais) com 20.000 habitantes ou mais por Região e Classes de Tamanho

Classes	20-50			50-100			100-500			mais de 500 mil hab.			Total		
	1950	1980	△	1950	1980	△	1950	1980	△	1950	1980	△	1950	1980	△
Regiões															
Norte	-	10	10	1	3	2	1	2	1	-	2	2	2	17	15
Nordeste	13	67	54	7	18	11	2	15	13	1	3	2	23	103	80
Sudeste	36	129	93	11	53	42	3	46	43	2	5	3	52	233	181
Sul	12	57	45	2	24	22	2	15	13	-	2	2	16	98	82
Centro-Oeste	-	21	21	3	6	3	-	3	3	-	1	1	3	31	28
Brasil	61	284	223	24	104	80	8	81	73	3	13	10	96	482	386

FONTE: IBGE Censos de 1950 e 1980

Tabela 10

BRASIL - Estimativa da População Total realizada pela Fundação IBGE
(1985-2.025)

A n o	População (1.000 hab.)
1985	135.564
1990	150.368
1995	165.083
2000	179.487
2005	193.603
2010	207.454
2015	220.960
2020	233.817
2025	245.809

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico de 1986

Tabela 11

BRASIL - Estimativa da População Residente por Grupos de Idade Realizada pela Fundação IBGE (1985 - 2000)

(Em 1.000 hab.)

Grupos de Idade	1985	1990	1995	2000
TOTAL	135.564	150.368	165.083	179.487
0-4	18.072	18.963	19.291	19.419
0-9	16.368	17.734	18.648	19.003
10-14	14.926	16.280	17.649	18.566
15-19	13.933	14.847	16.202	17.573
20-24	13.633	13.823	14.742	16.098
25-29	11.662	13.485	13.685	14.608
30-34	9.883	11.499	13.309	13.526
35-39	7.954	9.705	11.309	13.109
40-44	6.299	7.773	9.501	11.089
45-49	5.460	6.110	7.557	9.255
50-54	4.540	5.242	5.882	7.292
55-59	3.909	4.294	4.974	5.597
60-64	3.097	3.616	3.988	4.635
65-69	2.284	2.767	3.246	3.594
70-74	1.717	1.928	2.352	2.774
75-79	1.037	1.327	1.503	1.846
80 +	790	975	1.245	1.503

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico de 1986

Tabela 12

BRASIL - Estimativa da População Residente Total Segundo as Grandes Regiões Realizada pela Fundação IBGE (1980 - 2000)

(Em 1.000 hab.)

Grandes Regiões	1980	1985	1990	1995	2000
BRASIL	121.286,0	135.564,4	150.367,8	165.083,4	179.486,5
Norte	5.993,1	7.652,5	8.892,9	10.180,0	11.489,7
Nordeste	35.480,3	39.005,2	42.822,1	46.565,6	50.182,1
Sudeste	52.726,7	59.134,2	65.558,9	71.929,8	78.150,7
Sul	19.396,3	20.688,7	22.762,3	24.806,7	26.792,5
Centro-Oeste	7.689,6	9.083,8	10.331,1	11.601,3	12.871,5

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico de 1986

BRASIL - PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA DE IDADE, SEGUNDO OS QUAIROS URBANO E RURAL - 1990/2010

(continuação)

FAIXAS DE IDADE	1 9 9 5			2 0 0 0			2 0 0 5			2 0 1 0		
	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL
0 - 4	11.721.014	4.501.410	16.712.424	12.416.408	4.408.055	16.824.503	13.482.760	3.500.562	17.463.322	14.191.096	3.621.660	17.813.350
5 - 9	11.452.207	4.858.014	16.351.000	12.101.025	4.308.993	16.430.018	12.733.728	3.080.129	16.621.857	13.757.157	3.514.207	17.271.364
10 - 14	11.201.876	4.543.246	16.525.122	12.127.344	4.117.677	16.245.021	12.669.711	3.721.649	16.391.360	13.231.461	3.298.066	16.529.527
15 - 19	12.758.935	3.974.150	16.733.085	12.712.205	3.741.330	16.453.535	12.788.453	3.351.875	16.180.328	13.264.587	3.066.414	16.331.001
20 - 24	11.520.266	3.325.753	14.846.019	13.341.806	3.282.853	16.624.659	13.263.207	3.091.568	16.355.175	13.286.556	2.804.122	16.090.713
25 - 29	10.575.551	2.970.246	13.546.539	11.506.665	2.805.745	14.712.413	13.715.686	2.771.731	16.487.417	13.617.646	2.611.893	16.229.519
30 - 34	10.523.767	2.567.047	13.160.814	11.259.244	2.526.111	13.785.357	12.167.577	2.187.611	14.555.150	13.963.784	2.360.606	16.324.390
35 - 39	9.658.104	1.525.582	11.053.686	10.746.501	2.222.689	12.969.190	11.405.894	2.189.188	13.599.081	12.301.528	2.070.808	14.372.336
40 - 44	7.343.063	1.619.240	8.962.311	9.121.934	1.727.019	10.848.553	10.820.772	1.925.711	12.746.484	11.482.088	1.838.422	13.380.510
45 - 49	5.825.037	1.356.880	7.186.717	7.356.121	1.390.229	8.746.350	9.121.726	1.484.781	10.606.507	10.822.444	1.657.504	12.479.948
50 - 54	4.636.303	1.180.807	5.817.110	5.792.036	1.162.919	6.954.955	7.291.210	1.193.401	8.484.611	9.033.045	1.276.250	10.309.314
55 - 59	4.040.344	1.045.695	5.086.643	4.563.816	997.362	5.561.177	5.685.041	944.296	6.669.337	7.146.310	1.011.739	8.158.049
60 - 64	3.154.453	806.275	3.960.728	3.904.200	870.092	4.774.291	4.408.836	831.644	5.240.680	5.484.073	822.701	6.306.775
65 - 69	2.608.021	603.417	3.271.438	2.957.558	648.954	3.606.513	3.666.378	702.489	4.368.867	4.144.977	673.270	4.818.247
70 e +	3.527.743	1.017.105	4.614.848	4.585.072	1.083.760	5.668.833	5.543.234	1.113.109	6.656.344	6.810.292	1.173.017	7.984.103
TOTAL - Números Absolutos	121.323.306	36.505.580	158.228.885	134.891.914	35.173.835	170.265.769	148.768.213	33.658.346	182.426.559	162.537.685	31.861.519	194.359.205
TOTAL - Porcentagem	70,66	23,32	100,00	75,22	20,78	100,00	81,55	19,45	100,00	83,61	16,39	100,00

Tabela 14

BRASIL - Estimativa da População e Grau de Urbanização das Macrorregiões de acordo com MARTINE et Alii - Ano 2.000

(Em 1.000 hab.)		
Regiões	População	Grau de Urbanização %
Norte	10.915	60
Nordeste	50.545	61
Sudeste	71.198	92
Sul	22.891	74
Centro-Oeste	9.506	88
BRASIL	165.055	78

FONTE: MARTINE, G. et alii - "A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas", in Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Olin da, outubro de 1988.

Tabela 15

BRASIL - Estimativa da distribuição do número de cidades acima de 20 mil habitantes por classe de tamanho no Ano 2.000, segundo MARTINE et alii

Classe de Tamanho (Em 1.000 hab.)	Tendência Histórica	Tendência Alternativa
20 - 49	421	342
50 - 99	137	111
100 - 499	169	83
500 e +	23	17
TOTAL	750	553

FONTE: MARTINE, op. cit.

Tabela 16

Regiões Metropolitanas - Estrutura da População Total, de acordo com
MARTINE et alii - Ano 2.000

(Em 1.000 hab.)

Regiões Metropolitanas	Números Absolutos
Belém	1.806,4
Fortaleza	2.735,2
Recife	3.523,9
Salvador	3.391,1
Belo Horizonte	5.106,1
Rio de Janeiro	13.011,7
São Paulo	24.806,0
Curitiba	2.826,2
Porto Alegre	3.801,6
TOTAL	61.008,2

FONTE: MARTINE, op. cit.

Tabela 17

BRASIL - Projeção do Número Absoluto de Domicílios por Classes de Tamanho - 1985/2025

Classes de Tamanho	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2025
1	2.052.124	2.544.852	3.905.102	3.704.160	4.362.730	5.068.183	5.820.584	6.614.562	7.439.964
2	4.305.948	5.089.768	5.903.995	6.742.985	7.583.317	8.416.471	9.239.558	10.041.873	10.807.566
3	5.254.602	6.061.647	6.866.348	7.662.636	8.425.278	9.147.461	9.828.964	10.461.449	11.032.001
4	5.382.359	6.112.822	6.819.881	7.499.041	8.127.555	8.701.440	9.223.065	9.687.102	10.084.254
5	4.384.136	4.926.370	5.439.522	5.921.192	6.354.773	6.738.789	7.076.637	7.365.692	7.600.381
6	3.045.419	3.397.936	3.726.106	4.028.920	4.295.768	4.526.449	4.723.993	4.887.329	5.013.444
7 e +	6.034.858	6.669.405	7.245.710	7.763.663	8.204.763	8.570.804	8.869.520	9.100.695	9.260.477
TOTAL	30.459.445	34.802.800	39.096.663	43.322.597	47.354.184	51.169.598	54.782.320	58.158.702	61.238.087

FONTE: NEUPERT, R.F - "Uma Aplicação da Função de Gompertz na Análise e na Projeção de Domicílios por Classes de Tamanho", CES/IPLAN/IPEA, junho de 1988, cópia xerox.

Tabela 18

BRASIL - População Urbana de 10 anos e mais, por condição de atividade - 1985/1987

(Em 1.000 pessoas)

Condição de Atividade	1985		1986		1987	
	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%
Economicamente Ativas	40.035	54,56	41.552	54,99	43.651	56,16
Não Economicamente Ativas	32.345	45,44	34.013	45,01	34.071	43,84
TOTAL	73.380	100,00	75.565	100,00	77.722	100,00

FONTE: IBGE - PNAD-1985/1987.

Tabela 19

BRASIL - População urbana de 10 anos ou mais, economicamente ativa,
 por grupo de idade - 1985/1987

Grupos de Idade	1985		1986		1987	
	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%
10 a 14. Anos	1.257.956	3,14	1.363.627	3,28	1.357.532	3,11
15 a 19 Anos	5.300.342	13,24	5.416.124	13,03	5.498.362	12,60
- 15 a 17 Anos	2.762.559	6,90	2.868.719	6,90	2.957.528	6,77
- 18 e 19 Anos	2.537.783	6,34	2.547.405	6,13	2.540.834	5,82
20 a 24 Anos	6.728.683	16,81	7.064.153	17,00	7.247.509	16,60
25 a 29 Anos	6.106.694	15,25	6.076.144	14,62	6.435.089	14,74
30 a 39 Anos	9.760.672	24,38	10.247.762	24,66	10.850.014	24,86
40 a 49 Anos	6.140.029	15,34	6.429.952	15,48	6.891.232	15,79
50 a 59 Anos	3.329.092	8,32	3.450.757	8,31	3.692.925	8,46
60 anos ou mais	1.409.655	3,52	1.502.205	3,62	1.677.769	3,84
Idade Ignorada	2.353	0,00	995	0,00	824	0,00
TOTAL	40.035.476	100,00	41.551.719	100,00	43.651.256	100,00

FONTE: IBGE - PNAD

Tabela 20

BRASIL - Evolução da População Economicamente Ativa em seis Regiões Metropolitanas - 1985/1988⁽¹⁾

(Em 1.000 Pessoas)

Região Metropolitana	1985	1986	1987	1988	Variação %		
					85/86	86/87	87/88
Recife	909	959	1.001	1.073	5,5	4,4	7,2
Salvador	830	836	853	900	0,7	2,0	5,5
Belo Horizonte	1.296	1.345	1.415	1.498	3,8	5,2	5,9
Rio de Janeiro	4.081	4.523	4.570	4.680	8,3	1,0	2,4
São Paulo	6.594	6.941	7.086	7.328	5,3	2,1	3,4
Porto Alegre	1.117	1.180	1.216	1.291	5,6	3,0	6,2
T o t a l	14.827	15.784	16.141	16.770	6,5	2,3	3,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

(1) PEA referente ao mês de dezembro de cada ano

Tabela 21

BRASIL - Número de Pessoas Ocupadas (Quadro Urbano), segundo os Grupos de Idade - 1985/1987

Grupos de Idade	1985		1986		1987	
	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%
10 a 14 Anos	1.173.360	3,07	1.289.947	3,20	1.258.018	3,02
15 a 19 Anos	4.793.325	12,53	5.052.409	12,55	4.993.132	11,97
15 a 17 Anos	2.502.857	6,54	2.676.281	6,65	2.676.803	6,42
18 e 19 Anos	2.290.468	5,98	2.376.128	5,90	2.316.329	5,55
20 a 24 Anos	6.230.007	16,28	6.694.558	16,63	6.685.269	16,03
25 a 29 Anos	5.834.206	15,25	5.895.600	14,64	6.134.077	14,71
30 a 39 Anos	9.511.281	24,86	10.058.363	24,99	10.558.318	25,32
40 a 49 Anos	6.035.799	15,77	6.355.295	15,78	6.764.382	16,22
50 a 59 Anos	3.286.518	8,59	3.423.478	8,50	3.643.209	8,73
60 anos ou mais	1.399.894	3,66	1.495.548	3,71	1.668.853	4,00
Idade Ignorada	2.353	0,00	995	0,00	824	0,00
TOTAL	38.266.743	100,00	40.266.193	100,00	41.706.082	100,00

FONTE: IBGE - PNAD

Tabela 22

BRASIL - Número de Pessoas Economicamente Ativas (Urbanas), segundo as classes de rendimento mensal - 1985/1987

Classes de Rendimento Mensal	1985		1986		1987	
	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%
Até 1/2 Piso Salarial	3.916.591	9,78	2.631.721	6,34	3.198.957	7,33
+ 1/2 a 1 Salarial	6.254.378	15,62	6.461.620	15,55	5.044.938	11,56
+ 1 a 2 Salarial	9.755.877	24,38	9.486.039	22,83	10.174.911	23,31
+ 2 a 3 Salarial	5.049.991	12,61	5.667.916	13,64	6.798.294	15,57
+ 3 a 5 Salarial	5.468.956	13,66	6.736.971	16,21	6.617.567	15,16
+ 5 a 10 Salarial	4.171.126	10,42	4.909.171	11,82	5.120.038	11,73
+ 10 a 20 Salarial	1.874.840	4,68	2.343.508	5,64	2.523.668	5,78
+ 20	883.764	2,21	1.163.058	2,80	1.321.246	3,03
Sem Rendimento(1)	2.478.507	6,19	1.917.256	4,61	2.588.293	5,93
Sem Declaração	181.446	0,45	234.455	0,56	263.344	0,60
TOTAL	40.035.476	100,00	41.551.719	100,00	42.651.256	100,00

FONTE: IBGE - PNAD

NOTA: (1) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios

Tabela 23

BRASIL - Índice do Rendimento Médio Real das Pessoas Ocupadas em
4 Regiões Metropolitanas - 1986/1988⁽¹⁾

1986 = 100

Região Metropolitana	1986	1987	1988
Belo Horizonte	100	84	82
Rio de Janeiro	100	89	89
São Paulo	100	90	92
Porto Alegre	100	86	84
Média	100	89	91

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

(1) - Índice calculado a partir do salário médio mensal, deflacionado pelo INPC. O valor do salário médio mensal foi expresso em Cz\$ de março de 1986.

Tabela 24

BRASIL - Taxa Média de Desemprego Aberto em seis Regiões Metropolitanas - 1985/1988⁽¹⁾

Região Metropolitana	(Em %)			
	1985	1986	1987	1988
Recife	9,30	4,39	5,18	5,56
Salvador	6,03	4,54	4,08	4,63
Belo Horizonte	5,72	3,71	3,92	4,02
Rio de Janeiro	4,86	3,49	3,24	3,17
São Paulo	5,00	3,34	3,76	4,02
Porto Alegre	5,40	3,87	3,92	3,63
Media das 6 RM's	5,25	3,59	3,73	3,85

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

(1) Refere-se a média das taxas de desemprego durante os 12 meses de cada ano

(2) Taxa de desemprego em relação a PEA estimada para o ano

BRASIL-Número de Municípios Instalados por Região
e Unidade da Federação

(Posição em Janeiro de 1989)	
Região/Unidade da Federação	Número de Municípios
NORTE	
Rondônia	23
Acre	12
Amazonas	62
Roraima	8
Pará	105
Amapá	9
Tocantins	62
NORDESTE	
Maranhão	136
Piauí	118
Ceará	178
Rio Grande do Norte	151
Paraíba	171
Pernambuco	167
Alagoas	97
Sergipe	74
Bahia	367
SUDESTE	
Minas Gerais	723
Espírito Santo	66
Rio de Janeiro	68
São Paulo	572
SUL	
Paraná	318
Santa Catarina	199
Rio Grande do Sul	332
CENTRO-OESTE	
Mato Grosso do Sul	72
Mato Grosso	94
Goiás	194
Distrito Federal	1
T O T A L	4.379

Tabela 26

BRASIL - Tipo, Condição de Ocupação, Abastecimento de Água e Destino do Lixo e Iluminação Elétrica (Domicílios Particulares Permanentes Urbanos) 1981 - 1987

(Em 1.000 domicílios)

I T E M S	1981		1985		1986		1987	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%
1) TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS	19.195	100,00	23.105	100,00	23.520	100,00	24.365	100,00
2) TIPO								
Casa	16.329	85,07	19.318	83,61	19.578	83,24	20.074	82,40
Apartamento	1.829	9,53	2.607	11,28	2.718	11,56	2.927	12,01
Rústico	768	4,00	722	3,13	753	3,20	776	3,18
Quarto ou Cômodo	268	1,40	458	1,98	471	2,00	588	2,41
Sem Declaração	1	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
3) CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO								
Próprios	11.771	61,32	14.468	62,62	14.909	63,39	15.471	63,50
Alugados	5.721	29,80	6.503	28,14	6.464	27,48	6.415	26,33
Cedidos	1.648	8,59	2.073	8,97	2.082	8,85	2.380	9,77
Outra	48	0,25	57	0,25	57	0,24	96	0,39
Sem Declaração	7	0,04	4	0,02	9	0,04	3	0,01
4) ABASTECIMENTO D'ÁGUA								
Rede Geral	15.280	79,60	20.094	86,97	20.867	88,72	21.510	88,28
Poço ou Nascente	2.464	12,84	1.909	8,26	1.768	7,52	1.686	6,92
Outra Forma	1.451	7,56	1.102	4,77	885	3,76	1.169	4,80
Sem Declaração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	-	
5) DESTINO DO LIXO								
Coletado	12.628	65,79	17.244	74,63	17.688	75,20	18.601	76,34
Queimado ou Enterrado	2.340	12,19	2.318	10,03	2.495	10,61	2.529	10,38
Colocado em Terreno Baldio ou Outro	4.225	22,01	3.543	15,34	3.337	14,19	3.234	13,27
Sem Declaração	2	0,01	0	0,00	0	0,00	1	0,00
6) ILUMINAÇÃO ELÉTRICA								
Tem	17.652		21.929		22.590		23.492	96,42
Não Tem	1.543		1.176		930		873	3,58
Sem declaração	0		0		0		0	0,00

Tabela 27

BRASIL - Número de Domicílios Particulares (Urbanos), por Classe de Rendimento Mensal Domiciliar - 1985/1987

Classes de Rendimen to Mensal Domicili- ar	1985		1986		1987	
	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%	Nºs Absolutos	%
Até 1 Piso Salarial	2.113.950	9,14	1.723.784	7,32	1.867.660	7,66
+ 1 a 2	3.817.181	16,51	2.966.933	12,61	3.091.417	12,68
+ 2 a 5	7.980.952	34,52	7.746.082	32,91	7.790.324	31,96
+ 5 a 10	4.925.417	21,31	5.636.835	23,95	5.815.697	23,86
+ 10 a 20	2.581.793	11,17	3.257.455	13,84	3.352.139	13,75
+ 20	1.388.704	6,01	1.836.909	7,81	2.004.977	8,23
Sem Rendimento(1)	134.649	0,58	134.042	0,57	187.092	0,77
Sem Declaração	175.118	0,76	232.609	0,99	265.738	1,09
TOTAL	23.117.764	100,00	23.534.649	100,00	24.375.044	100,00

FONTE: IBGE - PNAD

NOTA : (1) Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefí-
cios

Tabela 28

Custos Médios do M² de Construção Civil em dezembro de 1987 e 1988 e
Variação % dos Custos

REGIÕES/ESTADOS	1987		1988	
	CZ\$/M ² (dez.87)	Variação % em 1987	CZ\$/M ² (dez.88)	Variação % em 1988
NORTE	14.520,16	387,49	156.269,27	902,52
Rondônia	13.691,41	327,11	150.791,26	882,40
Acre	13.839,92	320,87	139.867,85	864,20
Amazonas	14.581,31	409,62	158.768,01	905,90
Roraima	19.794,44	383,80	182.654,68	784,60
Pará	14.540,79	399,18	155.953,52	907,39
Amapá	12.217,56	318,79	148.417,09	1.057,11
NORDESTE	10.815,13	363,14	123.232,97	930,88
Maranhão	12.389,13	352,75	136.431,41	915,79
Piauí	11.731,93	452,50	123.810,61	886,35
Ceará	10.453,62	354,26	121.869,95	927,06
Rio G.do Norte	12.479,28	429,99	149.623,94	1.005,33
Paraíba	12.523,49	371,71	132.654,22	911,97
Pernambuco	10.140,57	357,72	116.576,62	948,35
Alagoas	10.778,74	392,33	121.805,46	959,58
Sergipe	10.629,17	333,39	130.537,26	1.046,13
Bahia	10.284,03	337,37	116.344,89	896,81
SUDESTE	12.162,54	345,14	135.291,64	940,98
Minas Gerais	10.457,52	333,19	107.071,12	889,25
Espírito Santo	10.075,19	342,06	112.988,76	919,71
Rio de Janeiro	11.698,99	391,67	139.688,99	991,61
São Paulo	12.895,73	333,95	142.189,55	935,04
SUL	12.356,43	373,77	133.207,27	928,46
Paraná	12.488,74	379,71	132.640,10	893,33
Santa Catarina	12.003,44	355,82	130.330,18	957,20
Rio G.do Sul	12.363,10	374,97	134.878,26	954,12
CENTRO-OESTE	10.927,70	335,31	120.023,98	924,50
Mato G do Sul	13.450,69	346,88	124.955,74	799,98
Mato Grosso	12.237,49	311,52	123.428,24	810,99
Goiás	9.712,05	322,68	105.804,34	933,17
Distrito Federal	10.807,25	344,14	125.264,36	973,67
Brasil	11.963,18	352,46	132.638,27	934,40

Tabela 29

BRASIL - Índice de Evolução da Área Residencial Licenciada em Dez Cidades 1980/1987

CIDADES/ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Belém	100,0	93,3	59,3	37,7	79,6	138,1	279,7	288,0
Fortaleza	100,0	92,6	93,5	49,1	42,8	39,8	34,9	46,5
Recife	100,0	87,7	133,1	60,4	36,5	25,2	55,6	59,7
Salvador	100,0	111,3	138,1	86,8	64,8	44,7	49,8	50,2
Belo Horizonte	100,0	65,0	64,0	44,5	26,5	42,5	62,5	28,0
Rio de Janeiro	100,0	105,5	51,6	93,8	16,8	14,7	10,8	2,5
São Paulo	100,0	74,7	103,2	92,5	51,8	46,9	61,8	49,10
Curitiba	100,0	117,3	143,9	81,5	69,5	61,8	93,3	106,40
Porto Alegre	100,0	77,8	94,9	45,8	24,6	35,0	33,1	20,8
Brasília	100,0	65,7	58,1	46,3	46,7	52,5	55,0	30,6

FONTE: IBGE - Inquérito Mensal sobre Edificações

NOTA : Este levantamento foi interrompido em dezembro de 1987

Tabela 30

Valor e Número dos Convênios firmados pelo MBES com Governos Estaduais e Prefeituras Municipais segundo setores - 1988

(Em CZ\$ milhões)

Setores	Número de Convênios	Valor
Gestão Municipal	15	1.500
Regiões Metropolitanas (Recife e Salvador)	2	22.900
Cidades de Porte Médio	8	2.000
Habitação (Mutirão)	140	8.600
Saneamento Básico	330	12.400
Transportes (Cid.Peq.Porte)	430	12.100
TOTAL	925	59.500

FONTE: MBES - "Relatório das Atividades Desenvolvidas em 1988, Brasília (13.01.89), cópia xerox

Tabela 31

PROJETO METROPOLITANO DO RECIFE: Valores Transferidos pela União ao Projeto, por Componente, em 1988

(Em CZ\$ 1.000)

C o m p o n e n t e s	Fontes dos Recursos da União		
	BIUD	PIN/PROTERRA	TOTAL
- Urb.de Lotes,Favelas e Assentamento de Famílias	3.431.118	645.806	4.076.924
- Fortalecimento Institucional	899.379	206.981	1.106.360
- Limpeza Urbana	1.186.777	297.238	1.484.015
- Sistema Viário e Equipamentos Urbanos em Projetos Integrados	2.819.265	810.075	3.629.340
- Construção de Moradias de Baixo Custo	109.048	-	109.048
- Abastecimento de Água	2.100	-	2.100
- Esgotamento Sanitário	7.100	-	7.100
- Microdrenagem	81.590	-	81.590
TOTAL	8.536.377	1.960.100	10.496.477

FCNTE: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Planejamento - "Relatório da Atuação Desenvolvida no Ano de 1988" - Unidade Técnica de Programas Metropolitanos, 25.01.89

Tabela 32

PROJETO GRANDE RECIFE - Aplicações Totais de Recursos por Componentes e Fontes (Até 31.12.88)

(US\$ 1.000)

C O M P O N E N T E S	U N I Ã O		Estado de Pernambuco	Municípios da RM - Recife	Total
	BIRD	PIN/PROTERRA			
1 - Habitação/Saneamento/Transportes	49.795,18	10.641,64	54.324,77	18.437,46	133.199,05
2 - Atividades Produtivas	19.011,83	5.371,94	844,05	26,07	25.253,89
3 - Desenvolvimento Institucional	14.831,35	2.031,18	272,73	0,00	17.135,26
TOTAL	83.638,36	18.044,76	55.441,55	18.463,53	175.588,20

FCNTE: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Planejamento, op.cit.

Tabela 33

PROJETO METROPOLITANO DE SALVADOR - Valores Transferidos ao Projeto - 1987/1988

(Em 1.000 US\$ e CZ\$)

F O N T E S	Transferido até 31.12.87		Transferido em 1988		Transferências Acumuladas	
	US\$	CZ\$	US\$	CZ\$	US\$	CZ\$
1. UNIÃO	<u>3.383</u>	<u>185.463</u>	<u>2.788</u>	<u>1.109.893</u>	<u>6.171</u>	<u>1.295.356</u>
BIRD	1.748	103.763	1.045	164.993	2.793	268.756
PIN/PROTERRA	1.635	81.700	1.743	944.900	3.378	1.026.600
2. ESTADO DA BAHIA	<u>3.753</u>	<u>65.866</u>	<u>11.932</u>	<u>1.945.984</u>	<u>15.685</u>	<u>2.011.850</u>
Tesouro Est.	3.753	65.866	1.640	302.801	5.393	368.667
Caixa Econômica Federal	-	-	10.292	1.643.183	10.292	1.643.183
TOTAL	7.136	251.329	14.720	3.055.877	21.856	3.307.206

FONTE: PMS, "Relatório Anual", 1988

NOTA : Os valores em cruzados são históricos e convertidos para dólar na data transferência.

Tabela 34

PROJETO METROPOLITANO DE SALVADOR - Valores Aplicados pelo Projeto
por Componente em 1988

C o m p o n e n t e s	(Em CZ\$ 1.000 e US\$)	
	Valor das Aplicações	
	CZ\$	US\$
1 - Recuperação Urbana	1.601.399	10.206
2 - Serviços Municipais	277.025	1.551
3 - Atividades Produtivas	2.783	4
4 - Desenvolvimento Institucional	188.305	626
5 - Assistência Técnica	17.118	60
6 - Administração do Projeto	87.205	289
TOTAL	2.173.835	12.736

FONTE: PMS - "Relatório Anual" - 1988

NOTA : Os valores em cruzado são históricos e convertidos para do
lar na data do pagamento

Tabela 35

PROJETO METROPOLITANO DE SALVADOR - Valores Efetivamente Aplicados pelo Projeto, por fonte de Financiamento - 1987/1988.

(Em 1.000 US\$ e CZ\$)

F O N T E S	Aplicado Até 31.12.87		Aplicado Em 1988		Aplicações Acumuladas	
	US\$	CZ\$	US\$	UZ\$	US\$	CZ\$
1. UNIÃO	<u>280</u>	<u>18.058</u>	<u>1.494</u>	<u>314.672</u>	<u>1.774</u>	<u>332.730</u>
BIRD	-	-	1.078	916.328	1.078	196.328
PIN/PROTERRA	280	18.058	416	118.344	696	136.402
2. ESTADU DA BAHIA	<u>3.751</u>	<u>65.786</u>	<u>11.242</u>	<u>1.859.163</u>	<u>14.993</u>	<u>1.924.949</u>
Tesouro Est.	3.751	65.786	1.110	279.929	4.861	345.715
Caixa Econômica Federal	-	-	10.132	1.579.234	10.132	1.579.234
TOTAL	4.031	83.844	12.736	2.173.835	16.767	2.257.679

FONTE: PMS, "Relatório Anual", 1988

NOTA : Os valores em cruzados são históricos convertidos para dólar na data do pagamento.

TABELA 36

PRODURB-Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano/
Caixa Econômica Federal

Aplicações, segundo as Unidades da Federação em 1987 e 1988

(Em OTN)

Unidade da Federação	Número de Municípios Atendidos	Aplicações	
		1987	1988
Acre	1	-	1.693.649,2
Alagoas	1	45.702,5	1.526.094,5
Amazonas	2	2.957.461,1	3.427.444,4
Bahia	14	1.959.859,4	4.347.004,2
Distrito Federal	1	385.037,8	325.322,7
Ceará	1	56.272,3	69.207,7
Espírito Santo	5	256.462,5	1.596.174,9
Goiás	4	34.907,9	123.644,1
Mato Grosso do Sul	8	639.745,1	3.678.728,1
Maranhão	2	206.235,3	493.405,0
Mato Grosso	8	873.701,7	1.795.239,6
Minas Gerais	16	798.343,1	5.222.808,5
Pará	3	1.019.416,0	1.492.025,6
Paraíba	6	1.523.230,5	934.742,2
Paraná	56	1.129.099,4	7.207.393,5
Pernambuco	17	2.309.649,9	1.858.809,3
Piauí	2	50.989,3	64.968,2
Rio Grande do Sul	23	998.025,6	842.050,9
Rio Grande do Norte	5	523.872,3	610.979,4
Rio de Janeiro	6	4.189,7	744.343,7
Santa Catarina	14	101.245,6	559.679,7
São Paulo	41	4.823.834,0	33.247.863,0
Sergipe	8	1.705.265,2	3.762.900,2
T O T A L	244	22.402.546,2	75.624.478,6

FONTE: CEF

Tabela 37

BRASIL - Situação dos Projetos Urbanos Financiados com Recursos Externos - dezembro/1988

(US\$ Milhões)					
Nome do Projeto	Executor	Mutuário	Término	Valor Empréstimo	Desembolso acumulado em: 12/88
<u>BID</u>					
1. Cidades Dique - MG	SEPLAN/MG	BNDES	10/89	60,0	18,4
2. Adutora Pedra do Cavalo - BA	DESENVALE-BA	GOV. - BA	9/89	149,0	144,8
3. Coleta e Tratamento de Esgotos RMSP	SABESP	SABESP	6/91	163,0	42,5
4. Combate às Enchentes e Aprov. Fundo de Vales - SP	PREF - SP	PREF - SP	2/91	77,5	45,4
5. Ampliação Sistema Rio Descoberto	CESB	GDF	. . .	100,0	0,0
<u>BIRD</u>					
1. Região Metropolitana Recife	GOV. PE	MINTER/UNILÃO	12/88	123,9	86,5 (*)
2. Região Metropolitana Salvador	GOV. BA	MINTER/UNILÃO	12/94	55,0	5,9 (*)
3. Cidades Pequeno Porte - SC	GOV. SC	GOV. SC	12/92	24,5	4,4
4. Emergência - RJ	GOV. RJ	CEF	3/91	175,0	22,5
5. PROSANEAR	CEF	CEF	6/94	80,0	0,0
6. Transportes Urbanos IV	EBTU	EBTU	12/92	200,0	12,3
7. Apoio Pequenos Núcleos Urbanos - PR	GOV. PR	GOV. PR	12/88	52,7	48,2
8. Emergência Nordeste - II	SUDENE	MINTER	12/88	100,0	96,6
9. Água e Esgotos - Nacional	CEF	CEF	9/89	302,3	301,3

FONTE: SEAIN/SEPLAN - PR

(*) Inclui o depósito efetuado pelo BIRE na "Special Account" dos Projetos no Banco Central

TABELA 38

BRASIL-Consolidação dos Gastos Federais (Recursos do Tesouro)
Segundo as Áreas Sociais - 1980/1987

(Em Cz\$ milhões de 1987 ⁽¹⁾)

ANOS	Saneamento e Proteção ao Meio Ambiente (A)	Habitação e Urbanismo (B)	Total Gastos do Tesouro (C)	A/B (%)	B/C (%)
1980	5.494	3.087	1.021.814	0,54	0,30
1981	5.464	3.822	921.463	0,59	0,41
1982	5.681	3.706	965.607	0,59	0,38
1983	3.315	2.340	911.899	0,36	0,26
1984	3.238	4.542	866.549	0,37	0,52
1985	3.210	3.695	1.026.295	0,31	0,36
1986	5.503	17.271	1.780.312	0,31	0,97
1987	21.060	24.245	1.615.100	1,30	1,50

FONTE: Balanços Gerais da União 1980 a 1987

(1) - Os valores das séries foram convertidos para preços de 1987, utilizando-se o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da FGV.

NOTA: Dados extraídos do IPLAN/CSP - "A Conta Social Revisitada"- Série Acompanhamento de Políticas Públicas nº 11, Maio de 1989.

Tabela 39

BRASIL - Gasto Federal Consolidado (Recursos do Tesouro e Outras fontes) nas Diferentes Áreas Sociais - 1980/1987⁽¹⁾

(Em CZ\$ milhões de 1987⁽²⁾)

Anos	Saneamento e Proteção ao Meio Ambiente (A)	Habitação e Urbanismo (B)	Gasto Federal Total (C)	A/C %	B/C %
1980	34.597	121.331	982.213	3,52	12,35
1981	43.689	94.943	1.012.673	4,31	9,38
1982	40.621	99.870	1.065.779	3,81	9,37
1983	28.891	77.258	904.524	3,19	8,54
1984	17.843	45.474	785.256	2,27	5,79
1985	34.182	45.249	918.166	3,72	4,93
1986	30.313	39.916	1.037.588	2,92	3,85
1987	57.063	43.644	1.120.595	5,09	3,89

FONTE: Balanços Gerais da União e Outras Fontes (BNH/CEF, FAS, FGTS, etc)

(1) Os Valores das séries foram convertidos para preços de 1987, utilizando-se o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna da FGV

NOTA : Dados extraídos de IPLAN/CSP - "A Conta Social Revisitada" - Série Acompanhamento de Políticas Públicas Nº 11, maio de 1989.

BRASIL - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - Número de Localidades Integradas ao PLANASA, Segundo as Regiões e as Unidades da Federação - Posição em dezembro de 1988

REGIÕES/ESTADOS	Sedes Municipais	Outras Localidades	Total
NORTE	<u>142</u>	<u>53</u>	<u>195</u>
Rondônia	14	17	31
Acre	12	3	15
Amazonas	52	3	55
Roraima	8	3	11
Pará	51	18	69
Amapá	5	9	14
NORDESTE	<u>1.169</u>	<u>469</u>	<u>1.638</u>
Maranhão	108	25	133
Piauí	114	24	138
Ceará	110	19	129
R.G.de Norte	125	13	138
Paraíba	162	20	182
Pernambuco	157	78	235
Alagoas	77	81	158
Sergipe	67	74	141
Bahia	249	135	384
SUDESTE	<u>757</u>	<u>391</u>	<u>1.148</u>
Minas Gerais	370	21	391
Espírito Santo	39	44	83
Rio de Janeiro	52	90	142
São Paulo	296	236	532
SUL	<u>660</u>	<u>378</u>	<u>1.038</u>
Paraná	265	248	513
Stª Catarina	168	83	251
R.G.do Sul	227	47	274
CENTRO-OESTE	<u>303</u>	<u>96</u>	<u>399</u>
Mato Grosso do Sul	58	44	102
Mato Grosso	58	27	85
Goiás	186	25	211
Distrito Federal	1	0	1
BRASIL	<u>3.031</u>	<u>1.387</u>	<u>4.418</u>

Tabela 41

BRASIL - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - Evolução do Número de Economias Residenciais das Companhias Estaduais de Saneamento, por Regiões - 1970/1988

Anos	R E G I Õ E S					BRASIL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
1970	91.134	516.445	1.491.229	257.872	62.958	2.419.638
1971	95.329	619.451	1.682.747	306.064	67.190	2.770.781
1972	99.821	761.063	1.754.964	451.929	70.904	3.138.681
1973	108.928	881.935	1.993.238	540.441	95.589	3.620.131
1974	120.965	1.007.415	2.094.882	688.245	241.374	4.152.881
1975	137.092	1.136.028	2.228.601	832.406	268.729	4.602.856
1976	187.791	1.283.880	3.227.863	931.875	326.023	5.957.432
1977	216.365	1.502.516	3.876.798	1.115.091	408.999	7.119.769
1978	234.226	1.657.703	4.282.432	1.257.120	452.129	7.883.610
1979	254.607	1.753.072	4.685.533	1.312.443	493.801	8.499.456
1980	313.949	1.934.355	5.297.772	1.476.564	584.025	9.606.665
1981	333.637	2.105.823	6.119.183	1.716.617	685.477	10.960.737
1982	373.268	2.299.812	6.741.397	1.894.953	756.149	12.065.579
1983	432.534	2.570.783	6.922.855	2.104.301	845.457	12.875.930
1984	470.077	2.769.396	7.351.432	2.237.809	918.425	13.747.139
1985	503.607	2.976.432	7.761.564	2.376.543	1.010.549	14.628.695
1986	538.678	3.247.071	7.547.687	2.526.120	1.110.155	14.969.711
1987	581.666	3.440.106	8.012.312	2.664.113	1.184.047	15.882.244
1988(1)	630.200	3.646.418	8.515.481	2.815.547	1.243.045	16.850.691

FONTE: BNH/CCSAN e CEF/DESAN

(1) Dados Preliminares

Tabela 42

BRASIL - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - Evolução da População Beneficiada pelo
PLANASA, por Regiões - 1970/1988

Anos	R E G I Õ E S					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1970	455.671	2.582.229	7.238.834	1.289.358	314.790	11.880.882
1971	476.644	3.097.250	8.170.217	1.530.320	335.948	13.610.379
1972	499.105	3.805.315	8.522.136	2.259.645	354.520	15.440.721
1973	544.640	4.409.675	9.708.412	2.702.205	477.945	17.842.877
1974	604.825	5.037.075	10.206.625	3.441.225	1.206.870	20.496.620
1975	685.460	5.680.140	10.857.618	4.162.030	1.343.645	22.728.893
1976	938.955	6.419.400	15.699.903	4.659.375	1.630.115	29.347.748
1977	1.081.825	7.512.580	18.818.040	5.575.455	2.044.995	35.032.895
1978	1.171.130	8.288.515	20.782.126	6.285.600	2.260.645	38.788.016
1979	1.541.979	9.332.783	23.909.554	6.731.551	2.558.610	44.074.477
1980	1.836.765	10.116.554	27.073.397	7.572.038	2.969.833	49.568.587
1981	1.909.586	10.567.078	28.632.023	7.852.120	3.347.737	52.308.544
1982	2.112.426	11.494.544	30.389.600	8.500.139	3.596.677	56.093.386
1983	2.438.390	12.853.138	31.229.069	9.297.946	4.028.587	59.847.130
1984	2.647.636	13.831.705	32.755.010	9.801.926	4.380.180	63.416.457
1985	2.833.650	14.862.930	34.600.637	10.411.312	4.822.517	67.531.046
1986	3.029.861	16.214.478	33.738.655	11.070.158	5.299.134	69.352.286
1987	3.262.458	17.178.514	35.849.421	11.676.036	5.651.492	73.617.921
1988 (1)	3.531.687	18.202.836	38.124.282	12.342.257	5.933.230	78.134.292

FONTE: BNH/COSAN e CEF/DESAN

(1) Dados Preliminares

Tabela 43

BRASIL - Número de Domicílios Urbanos e Nível de Atendimento com Es
gotamento Sanitário, Segundo os Censos de 1960, 1970 e 1980

Tipo de Escoadouro	1960	1970	1980
Número de domicílios (1)	6.350,1	10.276,3	17.771,0
Rede Geral (%) (2)	27,6	22,3	36,0
Fossa Séptica (%) (2)	19,7	21,9	17,2

FONTE: IBGE - Censos Demográficos,

(1) Inclusive sem declaração de características

(2) Somente para os domicílios com instalação sanitária de uso ex
clusivo

Tabela 44

BRASIL - Domicílios Particulares Permanentes Urbanos por Tipo de Escoadouro - 1984

Uso da Instalação e Tipo de Escoadouro	Números Absolutos	%
1) Exclusivo do Domicílio	<u>19.408.030</u>	<u>88,48</u>
Rede Geral	8.554.936	39,00
Fossa Séptica	4.338.941	19,78
Fossa Rudimentar	5.747.376	26,20
Outro	766.777	3,50
2) Comum a Mais de Um Domicílio	<u>1.325.444</u>	<u>6,04</u>
Rede Geral	336.147	1,53
Fossa Séptica	171.033	0,78
Fossa Rudimentar	746.814	3,41
Outro	71.238	0,32
Sem Declaração	212	0,00
3) Não Tem	<u>1.201.225</u>	<u>5,48</u>
4) Sem Declaração	<u>1.375</u>	0,00
TOTAL	<u>21.936.074</u>	100,00

FONTE: IBGE - PNAD 1984

NOTA : O IBGE adverte que estes números devem ser aceitos com reserva, devido ao sistema de crítica empregado. A informação foi excluída da PNAD a partir de 1985.

Tabela 45

BRASIL - Esgotamento Sanitário - Número de Localidades Integradas ao PLANASA, segundo as Regiões e as Unidades da Federação Posição em dezembro de 1988

REGIÕES/ESTADOS	Sedes Municipais	Outras Localidades	Total
NORTE	<u>12</u>	<u>2</u>	<u>14</u>
Rondônia	2	0	2
Acre	1	0	1
Amazonas	1	0	1
Roraima	1	0	1
Pará	2	2	4
Amapá	5	0	5
NCRDESTE	<u>69</u>	<u>7</u>	<u>76</u>
Maranhão	2	0	2
Piauí	1	0	1
Ceará	2	0	2
R.G.do Norte	22	0	22
Paraíba	14	0	14
Pernambuco	16	6	22
Alagoas	1	0	1
Sergipe	1	0	1
Bahia	10	1	11
SUDESTE	<u>359</u>	<u>92</u>	<u>451</u>
Minas Gerais	41	0	41
Espírito Santo	6	2	8
Rio de Janeiro	18	2	20
São Paulo	294	88	382
SUL	<u>94</u>	<u>2</u>	<u>96</u>
Paraná	59	2	61
Santa Catarina	9	0	9
R.G.do Sul	26	0	26
CENTRO-OESTE	<u>38</u>	<u>3</u>	<u>41</u>
M.G.do Sul	9	0	9
Mato Grosso	7	0	7
Goiás	21	3	24
Distrito Federal	1	0	1
BRASIL	<u>572</u>	<u>106</u>	<u>678</u>

FONTE: CEF/DESAN

Tabela 46

BRASIL - ESGOTAMENTO SANITÁRIO - Evolução do Número de Economias Residenciais das Companhias Estaduais de Saneamento, por Regiões - 1970/1988

Anos	R E G I Õ E S					BRASIL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
1970	6.870	-	1.245.228	-	-	1.252.098
1971	6.870	4.100	1.303.217	-	-	1.314.187
1972	7.015	81.266	1.355.289	83.655	29.169	1.556.394
1973	7.725	100.259	1.532.135	88.829	31.637	1.760.385
1974	7.725	110.281	1.606.180	106.780	34.434	1.865.400
1975	7.793	132.143	1.789.740	113.908	102.426	2.146.010
1976	7.793	150.086	1.969.015	120.726	112.962	2.360.582
1977	8.448	200.691	2.098.405	135.751	156.759	2.600.054
1978	8.448	213.814	2.201.827	150.650	164.902	2.739.691
1979	8.448	234.723	2.258.752	197.857	187.312	2.887.092
1980	12.218	278.704	2.580.718	329.982	219.193	3.420.815
1981	23.032	317.633	3.000.820	402.078	230.469	3.974.032
1982	23.992	334.999	3.154.221	446.745	251.488	4.211.445
1983	24.715	353.378	3.378.600	500.094	283.982	4.540.769
1984	26.182	430.960	3.653.525	533.304	336.998	4.980.969
1985	28.187	474.892	3.907.348	561.477	364.381	5.336.285
1986	30.721	528.116	4.103.371	430.216	405.356	5.497.780
1987	31.176	627.628	4.300.024	472.066	442.651	5.873.545
1988(1)	34.167	750.505	4.517.423	531.356	481.601	6.315.052

FONTE: BNH/COSAN e CEF/DESAN

(1) Dados Preliminares

Tabela 47

BRASIL - ESGOTAMENTO SANITÁRIO - Evolução da População Servida pelo
PLANASA, Segundo as Regiões - 1970/1988

Anos	R E G I Õ E S					BRASIL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
1970	34.350	-	6.043.492	-	-	6.077.842
1971	34.350	20.498	6.322.989	-	-	6.377.837
1972	35.075	406.330	6.574.448	418.276	145.845	7.579.974
1973	38.625	501.297	7.453.917	443.147	158.185	8.595.171
1974	38.625	551.406	7.814.290	533.901	172.168	9.110.390
1975	38.965	660.716	8.692.040	569.539	512.130	10.473.390
1976	38.965	750.428	8.561.526	603.629	564.810	11.519.358
1977	42.240	1.003.454	10.188.604	678.754	783.794	12.696.846
1978	42.240	1.069.320	10.686.300	753.248	824.512	13.375.620
1979	51.617	1.247.414	11.440.298	1.000.439	948.453	14.688.221
1980	71.361	1.443.918	13.098.394	1.686.075	1.107.647	17.407.395
1981	132.035	1.583.871	13.994.668	1.814.049	1.133.078	18.657.701
1982	137.131	1.663.875	14.230.090	1.974.493	1.177.884	19.183.473
1983	140.681	1.757.168	15.242.027	2.203.431	1.332.406	20.675.713
1984	148.881	2.143.497	16.279.131	2.327.828	1.582.100	22.481.437
1985	159.732	2.360.434	17.401.727	2.454.624	1.709.518	24.086.035
1986	173.621	2.627.197	18.264.033	1.909.564	1.903.182	24.877.597
1987	176.059	3.112.758	19.135.256	2.091.162	2.080.582	26.595.817
1988(1)	193.227	3.712.284	20.092.529	2.349.383	2.265.312	28.612.735

FONTE: BNH/COSAN e CEF/DESAN

(1) Dados Preliminares

Tabela 48

PLANASA - Aplicações Realizadas, por Programa (Recursos da CEF) 1987/1988

Programas	Valores em 1.000 OTN		Variação % 1987/1988
	1987	1988	
1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA	<u>36.916</u>	<u>80.666</u>	118,5
REFINAG	35.615	80.666	126,5
FINEST-3	1.301	0	-
2 - <u>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</u>	<u>34.278</u>	<u>52.152</u>	52,1
REFINESG	34.278	52.152	52,1
3 - <u>DRENAGEM URBANA</u>	<u>5.292</u>	<u>9.812</u>	85,4
FIDREM	5.292	9.812	85,4
TOTAL	76.486	142.630	86,5

FONTE: CEF

TABELA 49

PLANASA-Aplicações Realizadas por Programas,
Segundo as Fontes - 1987/1988

Programas/Fontes	Valor em 1.000 OTN		Variação % 1987/1988
	1987	1988	
1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA	<u>101.350</u>	<u>97.635</u>	- 3,7
a) Comunidades Médias e Grandes	<u>56.890</u>	<u>97.311</u>	71,0
REFINAG	35.615	80.666	126,5
FAE	12.761	15.682	22,9
Fundo Perdido/Outros	8.514	963	-88,7
b) Comunidades de Pequeno Porte	<u>44.460</u>	<u>324</u>	-99,9
FINEST-3	1.301	0	-
Governo dos Estados	43.159	324	-99,9
2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO	<u>50.229</u>	<u>62.213</u>	21,9
REFINESG	34.278	52.152	52,1
FAE	8.881	5.170	-41,8
Fundo Perdido/Outros	7.070	4.891	-30,8
3. DRENAGEM URBANA	<u>10.476</u>	<u>18.391</u>	75,5
FIDREN	5.292	9.812	85,4
Fundo Perdido/Outros	5.184	8.579	65,5
T O T A L	162.055	178.239	10,0

FONTE: CEF/DESAN

Tabela 50

RECURSOS APLICADOS PELO PLANASA, POR SUB-PROGRAMA - 1968/1988

(Mil UPC)

Anos	Abastecimento de Água (REGINAG)	Esgotamento Sani- tário (REGINESG)	Estímulos ao SFS (FINEST)	Outros	Total
1968	73	-	-	-	73
1969	1.122	-	202	-	1.324
1970	2.268	218	600	-	3.086
1971	1.986	137	303	-	2.426
1972	3.013	733	952	-	4.598
1973	7.910	1.517	953	-	10.380
1974	5.133	2.821	3.338	-	11.292
1975	9.335	3.489	2.476	1.108	16.408
1976	12.209	3.715	2.891	5.132	23.947
1977	14.648	5.014	6.020	412	26.094
1978	14.565	7.670	8.974	2.288	33.497
1979	14.669	10.501	8.902	5.427	39.499
1980	21.117	10.632	7.691	8.530	47.970
1981	39.798	14.720	21.683	17.936	94.137
1982	30.202	18.666	19.873	10.708	79.449
1983	34.357	15.051	13.533	6.947	69.888
1984	24.933	8.755	5.118	3.859	42.665
1985	41.107	19.289	13.251	293	73.940
1986	21.409	23.110	11.360	9.614	65.493
1987	35.615	34.278	1.301	5.292	76.486
1988	80.666	52.152	0	9.812	142.630
TOTAL	416.135	232.468	129.421	87.358	865.382

FONTE: BNH - CCSAN e CEF - DESAN

Tabela 51

**PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS
REALIZADOS ATRAVÉS DO PLANASA**

1968 - 1986

(Mil UPC)

F O N T E S	Abastecimento de Água		Esgotamento Sanitário	Total
	CMG	CPP		
BNH (1)	299.855	20.733	146.039	466.627
FAE (2)	221.804	-	82.753	304.557
Fundo Perdido e Outros (3)	80.146	-	32.604	112.750
Governo dos Estados (4)	-	19.415	-	19.415
TOTAL	601.805	40.148	261.396	903.349

FONTE: BNH/COSAN e CEF/DESAN. Admitiu-se como valor de 1 UPC para 1986, Cz\$ 106,40

- (1) Cidades Médias e Grandes - CMG = REFINAG
Cidades de Pequeno Porte - CPP = FINEST-3
Esgotamento Sanitário = REFINESG
- (2) Inclui integralização direta dos Estados, aplicações do BNH através do FINEST e retorno dos empréstimos
- (3) Inclui recursos do BNH proveniente de outros programas
- (4) Não inclui aportes dos Governos dos Estados aos FAE

Tabela 52

RECURSOS APLICADOS EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO
PELO PLANASA - 1968/1988

Anos	Abastecimento de Água			Esgotamento Sanitário	Total
	CMG	CPP	Total		
1968	151	-	151	-	151
1969	7.409	-	7.409	-	7.409
1970	13.720	-	13.720	581	14.301
1971	5.051	-	5.051	357	5.408
1972	8.208	-	8.208	3.676	11.884
1973	18.965	-	18.965	5.172	24.137
1974	14.901	-	14.901	8.712	23.613
1975	22.810	-	22.810	8.538	31.348
1976	27.589	-	27.589	8.316	35.905
1977	33.067	565	33.632	10.883	44.515
1978	32.692	2.484	35.176	17.110	52.286
1979	30.678	2.870	33.548	22.016	55.564
1980	51.207	3.778	54.985	22.181	77.166
1981	74.502	6.991	81.493	32.735	114.228
1982	60.268	7.195	67.463	32.440	99.903
1983	56.941	4.489	61.430	21.356	82.786
1984	42.122	3.226	45.348	12.108	57.456
1985	56.346	5.057	61.403	23.127	84.530
1986(1)	45.178	3.493	48.671	32.088	80.759
1987	56.890	44.460	101.350	50.229	151.579
1988	97.311	324	97.635	62.213	159.848
TOTAL	756.006	84.932	840.938	373.838	1.214.776

FONTE: BNH - COSAN e CEF - DESAN,

OBS. : CMG: Cidades Médias e Grandes

CPP: Cidades de Pequeno Porte

(1) Admitiu-se 1 UPC = Cz\$ 106,40

Tabela 53

PLANASA - DISTRIBUIÇÃO DAS APLICAÇÕES (ÁGUA E ESGOTO) POR
UNIDADE DA FEDERAÇÃO (1968/1986)

(Em Mil UPC)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA			ESGOTO SANITÁRIO	TOTAL
	CMG	CPP	TOTAL		
N O R T E	23.393	272	23.665	1.513	25.178
Rondônia	4.064	-	4.064	118	4.182
Acre	691	38	729	-	729
Amazonas	7.203	-	7.203	1.025	8.228
Roraima	687	-	687	-	687
Pará	10.527	234	10.761	370	11.131
Amapá	221	-	221	-	221
N O R D E S T E	160.756	12.549	173.305	27.661	200.966
Maranhão	7.013	264	7.277	1.245	8.522
Piauí	5.730	2.278	8.008	-	8.008
Ceará	12.085	2.262	14.347	4.645	18.992
Rio Grande do Norte	7.343	1.917	9.260	859	10.119
Paraíba	9.338	407	9.745	3.716	13.461
Pernambuco	30.954	1.064	32.018	4.416	36.434
Alagoas	5.627	-	5.627	1.262	6.889
Sergipe	5.349	73	5.422	1.691	7.113
Bahia	77.317	4.284	81.601	9.827	91.428
S U D E S T E	322.927	12.600	335.527	189.898	525.425
Minas Gerais	64.257	9.273	73.530	22.576	96.106
Espírito Santo	14.099	526	14.625	106	14.731
Rio de Janeiro	49.089	-	49.089	12.938	62.027
São Paulo	195.482	2.801	198.283	154.278	352.561
S U L	56.928	8.172	65.100	31.276	96.376
Paraná	23.464	4.519	27.983	11.984	39.967
Santa Catarina	10.949	2.865	13.814	4.109	17.923
Rio Grande do Sul	22.515	786	23.303	15.183	38.486
CENTRO-OESTE	37.808	6.620	44.424	11.044	55.468
Mato Grosso do Sul	11.477	1.998	13.475	240	13.715
Mato Grosso	8.510	3.523	12.033	411	12.444
Goiás	10.184	1.099	11.283	6.960	18.243
Distrito Federal	7.633	-	7.633	3.433	11.066
BRASIL	601.808	40.213	642.021	261.392	903.413

FONTE: BNH/COSAN e CEF/DESAN

Admitiu-se a UFC de 1986 como igual a Cr\$ 106,40

Tabela 54

RECURSOS APLICADOS PELO PLANASA EM DRENAGEM URBANA (1)
1973/1988

(Em mil UPC)

ANOS	BNH/FIDREM	FUNDO PERDIDO E OUTROS	TOTAL
1973	526	328	854
1974	1.421	1.104	2.525
1975	2.046	2.327	4.373
1976	2.484	2.800	5.284
1977	1.894	2.256	4.150
1978	2.067	2.124	4.191
1979	2.606	2.644	5.250
1980	11.708	14.326	26.034
1981	10.812	9.887	20.699
1982	10.395	10.588	20.983
1983	5.257	3.829	9.086
1984	3.962	3.178	7.140
1955	8.922	5.065	13.987
1986(2)	7.136	6.628	13.764
1987	5.292	5.184	10.476
1988	9.812	8.579	18.391
TOTAL	86.340	80.847	167.187

FONTE: BNH/COSAN e CEF/DESAN

(1) FIDREM/BNH e contrapartida

(2) Admitindo-se 1 UPC = Cz\$ 106,40

FSESP - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotos Administrados pela Fundação

(Posição em 1988)

Unidade da Federação	Municípios	S I S T E M A S		S I S T E M A S		Ligações Domiciliares	População Abastecida
		Água	Esgotos	Clorados	Fluoretados		
Rondônia	01	02	-	01	-	5.606	26.760
Amazonas	08	08	-	-	-	17.688	83.991
Pará	11	23	-	03	-	31.905	154.761
Maranhão	20	44	01	11	02	71.093	341.580
Piauí	01	07	-	-	-	7.762	34.985
Ceará	24	54	05	44	07	73.461	359.719
Rio Grande do Norte	11	46	02	11	01	24.255	117.915
Paraíba	06	09	-	01	-	3.546	17.705
Pernambuco	06	15	-	10	07	25.814	126.325
Alagoas	14	35	-	20	-	38.944	188.710
Sergipe	02	07	-	06	03	12.546	61.760
Bahia	37	88	06	32	13	132.840	650.233
Minas Gerais	58	88	60	83	62	240.270	1.172.042
Espírito Santo	14	77	28	73	26	90.077	430.160
Paraná	07	10	01	08	07	18.213	84.155
Santa Catarina	16	35	02	23	12	57.895	280.015
Mato Grosso	01	01	-	-	-	641	2.810
Mato Grosso do Sul	07	07	-	01	01	7.584	35.965
Goiás	13	15	-	01	-	7.649	32.583
T o t a l	257	571	105	328	141	867.789	4.202.178

FONTE: FSESP

NOTA : (*) Nº de sistemas de abastecimento de água é maior do que o nº de municípios, porque compreende além da sede municipal os distritos e vilas.

Tabela 56

FSESP - Investimentos em Saneamento - 1981/1988⁽¹⁾

Ano	Em 1.000 UPC/Cz\$ Milhões
1981(2)	2.339
1982(2)	3.727
1983(2)	7.682
1984(2)	25.886
1985(2)	53.596
1986(3)	367,1
1987(3)	565,9
1988(3)	4.475,7

FONTE: FSESP - Relatório e Prestação de Contas, 1981 a 1988.

(1) Dados extraídos de SANTOS, M.M. e PAULA, L.F.Q. - Análise da Política de Saneamento no Brasil", Convênio CEPAL/MPAS, novembro de 1988, cópia xerox

(2) 1.000 UPC

(3) Cz\$ milhões

Tabela 57**FSESP -- Programas de Saneamento Básico 1988**

(Cz\$ 1,000)		
Programas	Valores Aplicados (Recursos de todas as fontes)	%
1 - Construção e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água	3.308.698 ⁽¹⁾	73,93
2 - Construção e Ampliação de de Sistemas de Esgotos	316.180	7,06
3 - Melhorias Sanitárias Do miciliares	556.885	12,44
4 - Saneamento Básico em Pequenas Localidades	293.975	6,57
5 - T O T A L	4.475.738	100,00

FONTE: FSESP

(1) Inclui recursos oriundos do FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
(Convênio MS/CEF)

Tabela 58

FSESP - Demonstrativo da Execução Orçamentária (Saneamento Básico) em 1988

(Cz\$ 1.000)

PROJETOS	F O N T E										TOTAL
	Tesouro Ordinário		F A S		Finsocial Orçamento		Outras Fontes		BNDES-FINSOCIAL		
	4110	4120	4110	4120	4110	4120	4110	4120	4110	4120	
Construção e Ampliação de Sistemas de Abastecimento D'água	891.681.367	-	228.116.418	-	1.577.063.958	58.186.615	491.853.018	18.569.660	525	-	3.265.491.551
Construção e Ampliação de Sistemas de Esgotos	-	-	-	-	180.392.144	-	135.787.603	-	-	-	316.179.747
Melhorias Sanitárias Domiciliares	137.695.285	-	52.409.461	-	84.728.009	-	24.777.349	-	6.000	-	299.617.105
Saneamento Básico em Pequenas Localidades	139.987.455	-	-	-	111.765.760	-	42.221.561	-	-	-	293.974.776
T o t a l	1.169.365.098	-	280.525.879	-	1.953.949.871	58.186.615	694.639.531	18.589.660	6.525	-	4.175.263.179

FONTE: FSESP

Tabela 59

FSESP - Construção e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água

(Programação Executada em 1988)

E S T A D O	Municípios Atendidos	Obras não Concluídas em 1988		Obras Concluídas em 1988			
		C	*A	**C	***A	Lig.Domic.	Pop. Beneficiada
Amazonas	06	05	03	02	-	545	2453
Pará	21	03	23	02	01	999	4493
Maranhão	15	-	15	-	01	2556	11500
Ceará	19	-	18	-	03	6388	28745
Rio Grande do Norte	09	01	04	02	05	6820	30689
Paraíba	08	03	03	02	02	674	3034
Pernambuco	05	-	09	-	02	3437	15465
Alagoas	09	-	07	-	02	2080	9361
Bahia	33	06	26	-	01	3091	13910
Minas Gerais	60	10	50	01	04	34485	155184
Espírito Santo	14	03	20	01	02	540	2429
Goiás	15	03	09	02	01	2437	10965
Mato Grosso	13	03	06	04	01	1087	4891
Santa Catarina	11	-	10	-	01	1383	6225
T o t a l	238	37	203	16	26	66522	299344

FONTE: FSESP

NOTA: (*) Nº de obras não concluídas/ampliadas é maior que o nº de municípios, porque compreende além das sedes municipais, os distritos e vilas

** Construção
 *** Ampliação

FSESP - Melhorias Sanitárias Domiciliares

(Programação Executada em 1988)

E S T A D O	Número de Municípios	Número de Localidades	MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES															Popul. Beneficiada (Dom. Benef. x 5)	
			Lig. Água	Poços	Reservatórios	Banheiros	Lavatórios	Tanques L.R.	Pias Cozinha	Privadas F.S.	Privadas V.S.	Tanques Sépticos	Fossas Absorventes	Lig. Esg.	Melh. Lixo	Melh. Habit.	Outras Melhorias		T o t a l
Roraima	14	15	441	03	1120	90	56	22	12	1450	106	36	93	-	-	02	04	3435	9985
Arazonas	17	36	1376	02	2177	121	35	-	98	2407	61	10	43	-	66	257	319	6972	19220
Pará	31	79	1839	83	2670	494	126	212	164	2106	342	274	539	128	98	373	1154	10602	21435
Maranhão	17	60	1559	95	1111	302	65	91	130	2479	208	46	192	-	29	376	784	7477	21280
Piauí	19	39	593	06	147	268	151	266	134	1343	327	101	299	-	03	317	199	4154	11315
Ceará	24	77	281	24	1201	1760	419	877	151	55	2065	204	1783	120	173	206	352	9671	12005
Rio Grande do Norte	15	66	1040	20	1659	1622	156	1249	636	24	1932	08	2081	113	225	908	1285	12985	14980
Paraíba	15	31	1430	02	1057	1246	395	1240	1608	153	1431	75	889	10	339	334	634	10843	15070
Pernambuco	18	59	1229	04	2283	1954	373	2465	458	721	2397	140	1814	29	15	395	326	14603	21735
Alagoas	22	51	1170	32	1313	1564	383	1422	322	136	1648	09	1632	33	318	355	569	10906	14770
Sergipe	36	65	240	06	911	3030	663	725	522	117	3014	29	2919	21	-	11	256	12464	16855
Bahia	41	85	3063	105	3409	2421	865	1346	1753	313	2479	351	2280	579	95	634	3271	22964	29275
Minas Gerais	24	60	1956	14	1323	1193	497	882	328	1301	1106	118	643	551	05	604	324	10845	21815
Espírito Santo	12	12	902	55	614	370	46	483	61	533	100	01	74	418	-	13	-	3670	7675
Rio de Janeiro	01	05	13	30	63	152	40	100	55	-	160	190	155	54	112	01	73	1208	865
Goias	59	59	19	31	959	135	17	31	16	1286	21	27	74	-	39	225	802	3682	6630
Mato Grosso	05	05	247	94	168	47	19	90	143	379	17	-	43	-	28	58	134	1467	3215
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraná	05	05	164	-	-	751	-	751	-	-	751	751	751	-	-	-	-	3919	4575
Santa Catarina	07	07	34	-	-	485	-	485	-	-	485	485	485	-	-	-	-	2459	2595
TOTAL	382	816	17506	606	22185	18005	4306	12687	6591	14803	18650	2855	16789	2056	1555	5069	10486	154299	255295

Fonte: FSESP/SUSAN/COB

Tabela 61

FSESP - Saneamento Básico em Pequenas Localidades

(Programação Executada em 1988)

E S T A D O	Municípios Atendidos	Obras não concluídas em 1988		Obras Concluídas em 1988			
		C	*A	**C	***A	Lig. Domic.	Pop. Benefic.
Pará	10	05	02	03	02	1.479	7.395
Maranhão	05	01	01	-	03	484	2.420
Piauí	03	01	03	-	02	312	1.559
Ceará	10	09	05	-	01	440	2.200
Rio Grande do Norte	08	09	05	01	06	2.227	11.134
Paraíba	06	01	01	03	01	512	2.561
Pernambuco	11	01	05	03	04	3.303	16.515
Alagoas	06	01	07	-	06	1.134	5.670
Sergipe	06	01	05	-	02	193	965
Minas Gerais	18	14	05	03	03	1.521	7.606
Espírito Santo	12	17	01	07	01	2.150	10.750
Santa Catarina	05	01	03	01	05	731	3.657
T o t a l	100	61	43	21	36	14.486	72.432

FONTE: FSESP

NCTA : (*) Nº de obras não concluídas/ampliadas é maior que o nº de municípios, porque compreende além das sedes municipais, os distritos e vilas

** Construção

*** Ampliação

..

Tabela 62

**BRASIL - Vinculação Administrativa dos Serviços de Limpeza Urbana,
1983**

Vinculação	Número de Municípios	Distribuição Percentual
1) Administração Direta	<u>203</u>	<u>91,03</u>
- Com Órgão Específico de Limpeza Urbana	46	22,66
- Sem Órgão Específico de Limpeza Urbana	85	41,87
- Sem Especificação de Órgão	72	35,47
2) Empresa Pública	<u>17</u>	<u>7,62</u>
3) Autarquia	<u>3</u>	<u>1,35</u>
TOTAL	223	100,00

FONTE: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - "Diretrizes Nacionais de Limpeza Urbana", Rio de Janeiro, ABES, 1983, mimeo.

NOTA : Levantamento feito junto às cidades com mais de 50 mil habitantes

Tabela 63

Número de Financiamentos Habitacionais Concedidos pelo SFH - 1980/1988

(Em mil unidades)

A n o	BNH/CEF	S B P E	Total do SFH
1980	293	268	562
1981	211	231	442
1982	308	250	558
1983	63	134	197
1984	116	100	216
1985	58	64	122
1986	77	20	97
1987	129 ⁽¹⁾	105	234
1988	109 ⁽¹⁾	174	283

FONTES: BNH, CEF e ABECIP

(1) Considera os financiamentos realizados pelo segmento da CEF que opera com recursos oriundos do FGTS, des de 1987.

Tabela 64

Número de Habitações Financiadas por Programas Habitacionais mediante compromissos firmados por Faixa de Renda Familiar - 1988

(Em mil unidades)

Faixa de Renda em Salários Mínimos	S F H				S E A C	M B E S	T O T A L		
	F G T S	S B P E	T O T A L				Nºs Abs.	%	
			Nºs	Abs.					%
A t é 3	23	0	23	8	350	34	407	61	
+ de 3 até 5	70	0	70	25	0	0	70	11	
+ de 5 até 10	5	56	61	21	0	0	61	9	
+ de 10	11	118	129	46	0	0	129	19	
Total	109	174	283	100	350	34	667	100	

FONTES: BNH, CEF, MBES e SEAC

Tabela 65

**Número de Financiamentos Habitacionais Concedidos pelo BNH/CEF Segundo Programas e Faixas de Renda
- 1980/1988 -**

Em mil unidades

Faixa de Renda Familiar em Salários Mínimos	Programas	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987 ⁽¹⁾	1988 ⁽¹⁾
A t é 3	PROMORAR	43*	41*	51	12	16	5			
	Autoconstrução	0	0	0	0	6	1			
	Subtotal	43	41	51	12	22	6	36	28	23
Mais de 3 a 5	COHAB	194	68	127	16	61	28			
	FICAM	6	8	23	0	4	0			
	Subtotal	200	76	150	16	65	28	16	85	70
Mais de 5 a 10	Cooperativas	42	33	35	14	15	6			
	Institutos	17	13	20	6	8	1			
	Hipotecas	7	3	7	4	1	0			
	Empresas	3	8	6	2	1	2			
	PROSINDI	-	5	10	0	0	2			
	Subtotal	69	62	78	26	25	11	26	16	16
Mais de 10	RECON	20	13	20	9	1	1			
	Subtotal	20	13	20	9	1	1	0	0	0
O u t r o s	Subtotal	22	1	8	0	1	12			
T o t a l		354	192	307	63	114	58	78	129	109

FONTES: BNH e CEF

(1) Considera os financiamentos realizados pelo segmento da CEF que opera com recursos oriundos do FGTS; desde 1987.

Tabela 66

Relação Entre o Número de Habitações Financiadas por Programas Habitacionais a Partir de Compromissos Firmados e as Necessidades de Moradias Para Atender o Crescimento Demográfico Urbano em 1988, por Faixa de Renda Familiar.

Faixa de Rendimento Em Salários Mínimos	Habitações Necessárias (A)		Habitações Financiadas (A)		B/A
	Em mil unidades	%	Em mil unidades	%	
+ Até 3	224	38	407	61	1,82
+ de 3 até 5	94	16	70	11	0,74
+ de 5 até 10	141	24	61	9	0,43
+ de 10	131	22	129	19	0,98
T o t a l	590	100	667	100	1,13

FONTES: BNH, CEF, MBES e SEAC

Tabela 67

Valor dos Financiamentos Habitacionais Concedidos pelo BNH/C E F⁽¹⁾ - 1982/1988

Faixa de Renda Familiar em Salários Mínimos	Programas	Em OTNs milhões						
		1982	1983	1984	1985	1986	1987 ⁽¹⁾	1988 ⁽¹⁾
A t é 3	PROMORAR	32	6	12	6			
	Auto Construção	-	-	1	0			
	Subtotal	32	6	13	6			
M a i s d e 3 a 5	COHAB	63	8	33	14			
	FICAM	9	1	2	0			
	Subtotal	72	9	35	14	21 ⁽²⁾	85 ⁽²⁾	90 ⁽²⁾
M a i s d e 5 a 10	Cooperativas	35	19	18	7			
	Institutos	25	8	9	1			
	Hipotecas	9	4	1	0			
	Empresas	10	4	2	2			
	PROSINDI	8	0	0	1			
	Subtotal	87	35	30	11			
M a i s d e 10	RECON	26	11	1	1			
	Subtotal	26	11	1	1	19 ⁽³⁾	30 ⁽³⁾	32 ⁽³⁾
O u t r o s	Subtotal	8	1	1	13	0	0	0
Total		225	52	80	45	40	115	122

FONTES: BNH e CEF

(1) Considera o segmento de operações da CEF que opera com recursos oriundos do FGTS, desde 1987

(2) Engloba os financiamentos até 5 salários mínimos

(3) Engloba os financiamentos de 5 até 10 salários mínimos

Tabela 68

Valor dos Financiamentos Habitacionais Concedidos pelo SFH - 1980|1988

A n o	Em OTN milhões		
	B N H / C E F	S B P E	S F H
1980	169	411	580
1981	128	390	518
1982	202	409	611
1983	57	206	263
1984	73	154	127
1985	63	110 ⁽¹⁾	173
1986	40	38 ⁽¹⁾	78
1987	115	216 ⁽¹⁾	331
1988	122	388 ⁽¹⁾	510

Fontes: BNH e CEF

(1) Valores estimados pela CDU à partir de informações do BNH e CEF.

Tabela 69

Relação Entre o Valor dos Financiamentos Habitacionais Concedidos
Através do SFH e o PIB - 1980/1988

A n o	Em %		
	B N H	S B P E	S F H
1980	0,78	1,91	2,69
1981	0,61	1,87	2,48
1982	0,96	1,94	2,90
1983	0,28	1,00	1,28
1984	0,34	0,71	1,05
1985	0,27	0,47	0,74
1986	0,16	0,15	0,31
1987	0,44	0,87	1,31
1988	0,47	1,49	1,96

FONTE: BNH, CEF e BACEN

(1) Valores estimados pela CDU à partir de informações do BNH e CEF.

Tabela 70**Aplicações do BNH/CEF⁽¹⁾ por Setor - 1981/1988**

A n o	Habitação OTNs milhões	Saneamento OTNs milhões	Desenvolvimento Ur- e Outros Tns milhões	Total OTNs milhões
1981	207	96	21	324
1982	197	89	39	325
1983	175	73	29	277
1984	109	47	19	175
1985	95	83	9	187
1986	60	73	7	140
1987	46	76	22	144
1988	112	143	76	331

FONTES: BNH e CEF

(1) Considera apenas as aplicações do segmento da CEF que opera com recursos oriundos do FGTS, desde 1987

Tabela 71

Valor dos Compromissos Assumidos no Financiamento de Unidades Habitacionais por Faixa de Renda das Famílias - 1988

Faixa de Renda Familiar em Salários Mínimos	Em OTNs milhões							
	C E F ⁽¹⁾			SBPE ⁽¹⁾⁽²⁾	SEAC	MBES	Total	%
	FGTS		1ª linha					
	OTNs milhões	%						
Até 3	11	9	-	-	13	3	27	5
Mais de 3 até 5	79	65	-	-	-	-	79	15
Mais de 5 até 10	8	6	71	27 ⁽¹⁾	-	-	106	20
Mais de 10	24	20	204	86 ⁽¹⁾	-	-	314	60
Total	122	100	275	113	13	3	526	100

FONTE: CEF, BACEN, SEAC e MBES.

(1) A distribuição dos financiamentos por faixa de renda familiar foi estimada a partir dos valores de financiamento em que operam os Programas Habitacionais dessas instituições

(2) Exclui-se financiamentos da CEF com recursos provenientes da captação de recursos através de cadernetas de poupança.

Tabela 72

Valor Médio das Unidades Habitacionais Financiadas pelo SFH - 1965/1988

A n o	Em OTNs	
	BNH/CEF	S B P E
1965	159	-
1970	327	501
1975	391	1.548
1980	525	1.528
1985	760	1.722
1988	1.232	2.230

FONTES: BNH, CEF e BACEN

- (1) Considera apenas o segmento da CEF que opera com recursos oriundos do FGTS, desde 1987.
- (2) Valores estimados pela CDU a partir das informações do BNH e CEF.

Tabela 73

Fontes e Usos de Recursos - BNH/CEF⁽¹⁾ - 1981/1988

(Em OTNs milhões)								
A n o s	1981	1982	1983	1984	1985	1986*	1987*	1988
F o n t e s								
FGTS (Arrecadação Líquida)	136	147	68	64	89	174	152	131
Receita de Financiamentos ⁽²⁾	158	156	178	158	134	105	116	117
Empréstimos Externos	5	18	17	27	23	14	42	1
Outras	74	59	71	78	71	-	-	-
Total	373	380	334	327	325	293	310	249
U s o s								
Despesas Correntes	24	43	54	89	123	-	-	-
Despesas de Capital	17	7	- 3	66	10	-	-	-
Aplicações em Setores Fins	324	325	277	175	187	140	144	331
Total	365	375	328	330	320	-	-	-

FONTES: BNH e CEF

(1) Corresponde ao segmento de operações da CEF que opera com recursos oriundos do FGTS, desde 1987.

(2) Inclui o retorno de juros + amortização

(-) Valores não apropriados pela atual estrutura administrativa da CEF

Tabela 74

Evolução do FGTS - 1980/1988

(Em OTNS milhões)

A n o	Arrecadação Bruta A	S A Q U E S						Arrecadação Líquida
		Moradia B	B/D	Indenizações C	C/D	Total D	D/A	
1980	282	44	0,27	118	0,73	162	0,57	120
1981	348	61	0,29	152	0,71	213	0,61	135
1982	383	72	0,31	164	0,69	236	0,62	147
1983	364	76	0,26	220	0,74	296	0,81	68
1984	327	66	0,25	198	0,75	264	0,81	63
1985	340	51	0,21	188	0,69	239	0,70	101
1986	421	37 ⁽¹⁾	0,15	210 ⁽¹⁾	0,85	247	0,59	174
1987	395	30 ⁽¹⁾	0,12	219 ⁽¹⁾	0,88	249	0,63	146
1988	385	35 ⁽¹⁾	0,14	217 ⁽¹⁾	0,86	252	0,65	133

FONTES: BNH e CEF

(1) Valores estimados

Tabela 75**Caderneta de Poupança****Evolução dos Recursos Captados - 1980/1988**

(Em OTNs milhões)	
A n o	Captação Líquida
1980	240
1981	480
1982	393
1983	218
1984	97
1985	70
1986	-229
1987	732
1988	721

FCNTES: BNH e ABECIP

Tabela 76

Relação Entre os Recursos Captados por Caderneta de Poupança e o PIB - 1980/1988

(Em %)

A n o	FGTS Captação Líquida	Caderneta de Poupança Captação Líquida	A + B
	PIB (A)	PIB (B)	
1980	0,56	1,11	1,67
1982	0,65	2,30	2,95
1982	0,70	1,86	2,56
1983	0,33	1,07	1,40
1984	0,29	0,45	0,74
1985	0,43	0,30	0,73
1986	0,69	- 0,90	- 0,22
1977	0,56	2,80	3,36
1988	0,51	2,76	3,27

FONTES: BNH, CEF, ABECIP

Nota : Valores estimados pela CDU a partir de informações do BNH/CEF/ABECIP

Tabela 77

Relação Entre a Arrecadação Líquida do FGTS e a Receita de Financiamentos do BNH/CEF e as Aplicações em Setores Fins (Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano) - 1981/1988

A n o	FGTS Arrecadação Líquida	Receita de Financia- mentos ⁽¹⁾	A + B
	Aplicações (A)	Aplicações (B)	
1981	0,42	0,49	0,91
1982	0,45	0,48	0,93
1983	0,25	0,64	0,89
1984	0,37	0,90	1,27
1985	0,52	0,71	1,23
1986	1,24	0,75	1,99
1987	1,06	0,81	1,86
1988	0,40	0,35	0,75

FONTES: Dados Básicos - BNH/CEF.

(1) Considera apenas o segmento da receita de financiamentos do segmento da CEF que opera com recursos oriundos do FGTS, desde 1987

(2) Valores estimados pela CDU a partir das informações do BNH/CEF.

Tabela 78

Relação Entre o Valor dos Financiamentos Contratados Pelo SEPE e o Valor da Captação Líquida das Cadernetas de Poupança 1980/1988

A n o	Captação Líquida Valor dos Financiamentos
1980	0,58
1981	1,23
1982	0,96
1983	1,06
1984	0,63
1985	0,64
1986	- 5,87
1987	3,21
1988	1,85

FONTE: Dados - BNH, ABECIP e BACEN

(1) Valores estimados pela CDU a partir das informações do BNH/CEF e ABECIP.

PUBLICACOES_DO_IPLAN

O IPLAN publica regularmente os seguintes tipos de trabalho: Notas para Discussão (ND), Textos para Discussão (TD) e Estudos para o Planejamento (EP), bem como informes de Acompanhamento de Políticas Públicas (APP). As Notas para Discussão, os Textos para Discussão e os informes de Acompanhamento foram, até julho de 1988, publicados assistematicamente, quando então passou-se a adotar numeração seriada, contínua.

ND-1-"Energia: Problemas e Perspectivas", José Cechin, Edmir S. Moita e Otávio Franco, agosto, 1988, 18p.

ND-2-"Trigo: Falta. Ampliar a Concorrência entre os Moínhos", Ricardo P. Soares, agosto, 1988, 28p.

ND-3-"Transporte de Carga, Planejamento Energético e Desenvolvimento Regional", Miguel El Afioni, agosto, 1988, 13p.

ND-4-"A Desestatização da Comercialização do Trigo: Fator de Concentração Industrial", Eduardo Felipe Ohana, novembro, 1988, 9p.

ND-5-"Comportamento Recente do Capital Estrangeiro - Algumas Considerações Gerais", Renato Baumann, abril, 1989, 24p.

ND-6-"Reflexões sobre o Seminário Internacional: Mudança Tecnológica, Organização do Trabalho e Formas de Gestão IPEA/IPLAN/CENDEC, 3 a 5 de out./1988", Rosa Maria Sales de Melo Soares, maio, 1989, 38p.

TD-1-"O GATT e a Política Comercial Brasileira", Renato Baumann, agosto, 1988, 24p.

TD-2-"A Economia Política da Proteção no Brasil e a Rodada Uruguai", Renato Baumann, setembro, 1988, 22p.

TD-3-"Participação do Menor na Força de Trabalho Brasileira nos Anos Oitenta (Caracterização e Reflexões)", Ricardo Lima e Freda Burger, outubro, 1988, 39p.

TD-4-"Crescimento Urbano e Oferta de Empregos Formais no Nordeste no Período 1970/1980", Edgar Bastos de Souza, outubro, 1988, 40p.

TD-5-"A Quantas Andará a População Brasileira?" Ana Amélia Camarano, Kaizô Beltrão e Ricardo Neupert, fevereiro, 1989, 56p.

TD-6-"Conversão de Dívida Externa em Investimentos: Avaliação do Impacto Monetário Recente e do Efeito sobre os Investimentos", José Nelson Bessa Maia, março, 1989, 42p.

TD-7-"Comportamento de Preços no Setor Automobilístico: Descrição e Análise da Evolução em um Cenário de Aceleração Inflacionária", Eduardo Felipe Ohana, abril, 1989, 26p.

TD-8-"O Capital Estrangeiro: Regulamentação Legal no Brasil e em Outros Países", Sheila Márcia E. S. de Almeida, maio, 1989, 44p.

TD-9-"Uma Análise de Intervenção Aplicada ao INPC", Carlos Henrique Motta Coelho e Moysés Tenenblat, junho, 1989, 30p.

TD-10-"Os Arranjos Domiciliares das Famílias Matrifocais", Ricardo F. Neupert, Selma Maria Gabriel Calheiros e Lenita Maria Turchi, junho, 1989, 26p.

TD-11-"O Acordo Comercial EUA-Canadá e suas Conseqüências para o Brasil", Luis Fernando de Lara Resende, junho, 1989, 50p.

TD-12-"Evolução da População Economicamente Ativa no Brasil até o ano 2010", Ricardo Federico Neupert, Selma Maria Gabriel Calheiros e Mário Lisboa Theodoro, junho, 1989, 62p.

TD-13-"Internal Migration in Brazil", George Martine, junho, 1989, 36p.

TD-14-"Mudando as Instituições de Treinamento (um estudo de caso de dois centros de treinamento de tecnologia no Brasil)". Raulino Tramontin e Ronald Braga. junho, 1989, 56p.

TD-15-"Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira", George Martine, julho, 1989, 67p.

TD-16-"A Teoria Dual de Mercados de Trabalho e a Determinação de Salários na Indústria de Pernambuco", Ismael Carlos Oliveira, agosto, 1989, 92p.

TD-17-"Migrações Internas no Brasil - Tendências e Perspectivas", George Martine, agosto, 1989, 26p.

APP-1-"Análise de Desempenho do Setor Industrial, Janeiro-Junho de 1988", Coordenadoria de Indústria e Tecnologia, setembro, 1988, 41p.

APP-2-"Indicadores de Conjuntura - Setor Externo", Coordenadoria de Setor Externo, setembro, 1988, 67p.

APP-3-"Acompanhamento do Nível de Emprego e Renda", Coordenadoria de Emprego e Salário, setembro, 1988, 49p.

APP-4-"Educação e Cultura - 1987: Situação e Políticas Governamentais", Coordenadoria de Educação e Cultura, outubro, 1988, 320p.

APP-5-"As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1987", Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, novembro, 1988, 62p.

APP-6-"Análise do Desempenho do Setor Industrial, Janeiro-Setembro de 1988", Coordenadoria de Indústria e Tecnologia, dezembro, 1988, 53p.

APP-7-"O Município na Constituição de 1988", Edgar Bastos de Souza, março, 1989, 100p.

APP-8-"Os Transportes Urbanos na Década de 90: Problemas e Perspectivas", Charles Leslie Wright e José Alex Sant'Anna, abril, 1989, 67p.

APP-9-"Análise das Propostas de Lei Agrícola: Anteprojeto do Ministério da Agricultura", Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento, abril, 1989, 9p.

APP-10-"Conjuntura Macroeconômica: Alguns dos Principais Pontos de 1988", Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico, abril, 1989, 42p.

APP-11-"A Conta Social Revisitada - 1980/1987", Coordenadoria de Saúde e Previdência Social, maio, 1989, 22p.

APP-12-"Déficit do Setor Público", Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico, maio, 1989, 22p.

APP-13-"Regionalização das Transações do Setor Público 1985", Fundação Getúlio Vargas/IBRE/Centro de Estudos Fiscais, junho, 1989, 164p.

APP-14-"As Propostas de Lei Agrícola Estaduais - Uma Análise Crítica", Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento, junho, 1989, 22p.

APP-15-"Demanda y Oferta de Servicios Urbanos en las Ciudades Medianas del Brasil - Proyecto DU-2", Nações Unidas/CEPAL, junho, 1989, 94p.

APP-15-"Demanda y Oferta de Servicios Urbanos en las Ciudades Medianas del Brasil - Proyecto DU-2". Nações Unidas/CEPAL. Junho, 1989, 94p.

APP-16-"Avaliação dos Planos e Políticas do Setor Siderúrgico Estatal". Coordenadoria de Indústria e Tecnologia, junho, 1989, 38p.

APP-17-"Mercado de Trabalho em 1988: Ligeira Recuperação dos Níveis de Emprego e de Rendimentos", Coordenadoria de Emprego e Salários, agosto, 1989, 50p.

APP-18-"Condicionantes da Política Energética Nacional", Coordenadoria de Minas e Energia, agosto, 1989, 16p.

APP-19-"As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1988", Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, agosto, 1989, 142p.

